



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Varzedo

1

Quarta-feira • 6 de Maio de 2020 • Ano • Nº 2004

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Prefeitura Municipal de Varzedo publica:

- **Plano Emergencial 2020.**

Esse município tem Imprensa Oficial.

A Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a população tenha acesso e sua gestão seja transparente e clara.

A Imprensa Oficial criada através de Lei, cumpre esse papel.

Imprensa Oficial do Município.

Gestão Transparente e consciência limpa.



Atos Administrativos



Secretaria Municipal da Educação, Esporte, Cultura e Lazer

PLANO EMERGENCIAL 2020



**“ O DIREITO À EDUCAÇÃO
À SERVIÇO DA VIDA”.**

**VARZEDO – BAHIA
2020**

PREFEITO
ARIECILIO BAHIA

VICE-PREFEITO
GILMAR BORBA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
JULIANA PEDREIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ARIANA CASTRO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GLEIDE ALMEIDA SOUZAMALAQUIAS

ASSESSORIA TÉCNICA
FERNANDA KARLA DE S. R. ARGOLO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E DE FINANÇAS
VALDIRENE PASSOS, REIJANE ANDRADE, ANA CRISTINA SILVA,
CLÁUDIOSOUZA E VIVIANE ALMEIDA

DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
FABIANE AMORIM, JAQUELINE CASTRO, MÁRCIA MESQUITA
DELSA SANTANA, MILCA RODRIGUES, HILDA FREITAS E ELDA

DEPARTAMENTO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
JOSÉ RAIMUNDO

COLABORADORES:
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GESTORES ESCOLARES
COORDENADORES PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS
PROFESSORES/ARTICULADORES

O fundamento da esperança é uma «intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de Ser Mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens».

(Freire, 1970, p. 116).

APRESENTAÇÃO

Em meio à suspensão das atividades escolares em nosso município, em virtude dos Decretos do Executivo Municipal nº 28 e 31/2020 em decorrência da **pandemia de coronavírus¹**, nos sentimos convocados/provocados/instigados a (re)pensar o planejamento estratégico da gestão da educação que também implica em redirecionamentos na gestão escolar em suas diversas dimensões. (Re)pensar, sobretudo, pela causa que nos move, que é a nossa razão de existir enquanto instituição – **assegurar o direito à educação**.

Nesse momento histórico e desafiador que estamos vivendo, assegurar o direito à educação, se revela urgente em seu sentido mais amplo, que extrapola a educação escolar - **o direito à educação enquanto direito social**, conforme preconiza o art. 6º do Capítulo II da Constituição Federal.

Compreendemos que educação escolar tem procurado dar conta da tarefa de dialogar consigo mesma, mas que muitas vezes não tem conseguido extrapolar seus muros com vistas a uma formação cidadã. Tomar o direito à educação em seu sentido mais amplo, será uma oportunidade ímpar de integrar às diversas culturas, às diversas formas de educação e a alargar as possibilidades de diálogo da escola à serviço da vida.

É nesse sentido que apresentamos a proposta de um plano emergencial com frentes de trabalho diversas, para públicos diversos, respeitando as singularidades e potencialidades do contexto local. Um plano emergencial que busca tencionar um novo olhar para o papel social da escola na prática – desenvolvimento pleno dos sujeitos, o que implica agregar a educação formal e não formal.

Pensar uma educação no sentido mais amplo, para além dos muros escolares, requer aos sujeitos mediadores da ação que se subsidiem de conhecimento sobre os diversos aspectos que circundam os sujeitos a serem envolvidos no processo educativo. Eis pois, a pertinência de nos reportar inicialmente, nesse plano emergencial, aos aspectos de caracterização do município, da educação, dos canais de comunicação e das normativas legais, para então definir a proposição das frentes de trabalho.

Acreditamos ainda, que essa experiência nova, buscando responder a esse novo contexto, possa contribuir quiçá, para a educação escolar se comprometer com a ousadia de um novo projeto pedagógico de sociedade que visualizasse o entorno na sua ação educativa e o entenda como parte da escola e vice-versa. A escola precisa ir ao encontro da comunidade, dos educadores dessa comunidade e dos espaços de aprendizagem extramuros, devendo propor o diálogo.

¹ O coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada por um novo vírus que nunca havia sido identificado em humanos.

SUMÁRIO

- 1 CONTEXTO SITUACIONAL DO MUNICÍPIO**
 - 1.1 Aspectos Históricos
 - 1.2. Aspectos Geográficos
 - 1.3 Aspectos Ambientais
 - 1.4 Aspectos Demográficos
 - 1.5 Aspectos Socioeconômicos
 - 1.6 Aspectos culturais
 - 1.7 Aspectos da Infraestrutura Material

- 2 CONTEXTO SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO**
 - 2.1 A oferta do Ensino
 - 2.2 Indicadores Educacionais
 - 2.3 Recursos Humanos

- 3 CONTEXTO DOS POSSÍVEIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO ESCOLA-ESTUDANTE-FAMÍLIA-COMUNIDADE**
 - 3.1 Mecanismos de comunicação

- 4 O DIREITO À EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA NORMATIVA**

- 5 OBJETIVO DO PLANO EMERGENCIAL**

- 6 EIXOS ESTRUTURANTES**
 - 6.1 Competências Socioemocionais
 - 6.2 Temas Integradores/contemporâneos

- 7 FRENTES DE TRABALHO**
 - 7.1 Radio educativa: “informando e formando à serviço da vida”
 - 7.2 Estudo orientado – profissionais da educação
 - 7.3 Orientação conjunta (Seduc e CME) às unidades escolares para proposição de atividades junto aos estudantes: “autonomia e aprendizagem.
 - 7.4 Elaboração de material para atividades complementares pós pandemia

- 8 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO EMERGENCIAL**
ANEXOS COM DETALHAMENTO DE CADA FRENTE DE TRABALHO

1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO².

Essa primeira seção abordará dados do município, constantes no texto do Plano Municipal de Educação-PME, buscando instrumentalizar o planejamento, o qual deve partir do conhecimento da condição real do local onde se vive e dos sujeitos para então pensar onde se quer e se pode chegar.

A (re)leitura dos aspectos contextuais constantes do texto do PME, aqui transcritos, favorecerá o conhecimento mais preciso sobre a realidade circundante e, também, contribuirá para estabelecer as prioridades do Plano Emergencial e propor ações mais eficazes frente aos problemas identificados em virtude da pandemia.

Desse modo, o ponto de partida para a elaboração do Plano Emergencial, não poderia ser indiferente a caracterização do município, considerando os aspectos históricos, geográficos, ambientais, demográficos, socioeconômicos, culturais e de infraestrutura material descritos.

1.1 Aspectos Históricos

É possível afirmar que a emancipação de Varzedo nasceu de um projeto, “pensado por um”, “articulado por muitos”, mas que contemplava os interesses de vários atores locais, no qual estava explícita a aspiração em estabelecer mudanças significativas para a população. Seria um marco inicial para um plano de desenvolvimento local nascido a partir das necessidades e das potencialidades locais.

No distrito de Varzedo, a participação da sociedade no movimento foi imprescindível para que muitos entraves que o ameaçavam fossem desarticulados. Além das necessidades que afligiam a população do então distrito de Varzedo, a Igreja Católica e algumas instituições educacionais também alimentaram e sustentaram esse projeto de emancipação. Nesse sentido, destaca-se a relação existente entre a educação e política nesse contexto específico, considerando algumas lideranças nas escolas como elementos propulsores na mobilização da sociedade civil em torno de um projeto de desenvolvimento. É imprescindível destacar também, o papel que o Padre Gilberto Vaz Sampaio exerceu nesse contexto. Uma das preocupações do pároco no período estava relacionada à falta de oportunidades dos jovens em continuar seus estudos.

O desenrolar do processo de emancipação demonstra o papel crucial da convergência de duas importantes instituições, a escola (educação formal), e a igreja Católica, mais precisamente a pessoa do padre Gilberto, cuja atuação individual foi, sem dúvida, decisiva na articulação do referido processo.

² Texto adaptado/atualizado da Análise situacional do município constante no Plano Municipal de Educação-PME.

Embora a maioria das lideranças locais demonstrasse descontentamento, defendendo seus interesses particulares, uma parte da população aderiu à ideia. Além da oposição da maioria dos líderes locais, os prefeitos dos municípios de Santo Antônio de Jesus e Castro Alves iniciavam um movimento contra a emancipação. Por meio da influência que exerciam perante alguns líderes e utilizando a mídia, declarava que não havia possibilidade nenhuma desse projeto dar certo, considerando que o futuro município não teria infra-estrutura suficiente, nem recursos em potencial para sustentar-se e, conseqüentemente, os problemas existentes se intensificariam caso o projeto se concretizasse.

Contudo, através do poder de convencer e utilizando as missas, reuniões e conversas que tinha em várias comunidades da Paróquia de Varzedo, o padre aos poucos atraía mais pessoas para o grupo pró-emancipação, entre essas, alguns líderes políticos e fazendeiros que a princípio se opunham, passaram a aderir ao movimento. Paulatinamente, ao longo da década de 1980, o movimento ganhava força. Não se tratava, a partir de então, de um sonho de um líder, mas, do surgimento de um projeto que se pretendia comum, o qual visava um desenvolvimento que contemplasse as diversas necessidades locais.

Além da população que residia nos dois distritos, muitos jovens que tinham migrado para Salvador, por conta da falta de perspectiva e em busca de vida melhor, foram convocados a fazerem parte e lutarem pela concretização desse projeto de emancipação que expressava as seguintes vantagens que a população defendia:

Os destinos da terra serão dirigidos pelos que a conhecem e vivem sua realidade; Ação mais rápida no atendimento às necessidades do meio; Facilidade no atendimento ao homem rural em repartições menos congestionadas; Maior presença das autoridades junto ao povo; Maior aplicação de recursos no meio rural, pelo fato de a sede ser cidade pequena; Desenvolvimento no setor da educação; Mais atendimento no setor de saúde; Aplicação dos recursos oriundos do atual distrito, totalmente para o no nosso meio; Enfim haverá uma grande descentralização da administração. (in SAMPAIO, 2007, p. 63-64)

A perseverança que se manifestava nas mobilizações promovidas pela maioria dos atores locais, dificilmente seria contida por alguns interesses particulares que se declaravam contra. O que resultou mais tarde no plebiscito que ocorreu no dia 08 de janeiro de 1989, em 52 distritos e povoados do Estado da Bahia. Em Varzedo a maioria dos eleitores decidiu pela emancipação política. No distrito de Varzedo, do total de 2.693 eleitores, compareceram 1.804, sendo que 1.389 optaram pela emancipação, enquanto 354 declararam contra, 21 votos nulos e 40 em branco. No distrito do Tabuleiro do castro, a votação foi mais acirrada, do total de 861 eleitores, compareceram 654, sendo que 332 optaram pela emancipação e 304 se declararam contra, 14 votos nulos e 4 em branco. Os números evidenciam a dificuldade que o movimento pela emancipação encontrou no distrito do tabuleiro do Castro. (SAMPAIO, 2007, p. 139).

Após o plebiscito, outros entraves surgiram para a oficialização do município. Alguns líderes que se opuseram à emancipação acusaram irregularidades no processo. No entanto, depois das disputas judiciais e dos embates na Assembleia Legislativa do Estado, no dia 13 de junho de 1989, o governador Nilo Coelho sancionou a lei nº 5.002 de 13 de junho de 1989 que cria o Município de Varzedo, desmembrado dos Municípios de Santo Antônio de Jesus e de Castro Alves.

1.2 Aspectos Geográficos

O município de Varzedo situa-se no Território de Identidade³ do Recôncavo, na região Centro-leste do Estado da Bahia. A sede do município possui as coordenadas geográficas de 12°58' latitude sul e 39°23' longitude oeste, com área de 167 Km². A sua altitude média de 280m em relação ao nível do mar.

Limita-se com os municípios de Castro Alves, Elisio Medrado, São Miguel das Matas, Conceição do Almeida e Santo Antônio de Jesus (FIGURA 02). A cidade encontra-se a uma distância de 200 km da Capital, cujo acesso se faz pelas vias BR 116 e 324, pela BA 045 via Santo Antonio de Jesus - ferry-boat - Bom Despacho.

³ Os Territórios de Identidade do estado da Bahia foram organizados através da mobilização da sociedade civil na busca de um novo recorte espacial que valorizasse a identidade e o pertencimento de sua população como elementos fundamentais na construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Figura 01 - Mapa de localização do Município de Varzedo-Ba.



Fonte: <http://www.sei.ba.gov.br>

Varzedo está situada na região de maior densidade demográfica do Estado. Na área de influência da cidade, incluindo a Região Metropolitana de Salvador, sendo sua população de 9.054 habitantes com uma densidade demográfica de 52,0 hab/km², segundo dados de contagem populacional (IBGE, 2007).

No que diz respeito aos aspectos naturais, o clima do município é do tipo subúmido a seco. Os períodos de chuvas correspondem aos meses de maio a agosto, e a vegetação predominante na região é a floresta estacional semidecidual e floresta ombrófila densa.

Os tipos de solo predominante na região são bons para a lavoura e também importantes para as pastagens. O relevo é caracterizado pela presença de tabuleiros pré-litorâneos e interioranos. Os Tabuleiros Pré-litorâneos fazem parte da região dos Planaltos Rebaixados e os Tabuleiros Interioranos correspondem à unidade das regiões dos Baixos planaltos. As variadas formas e os diversos níveis de resistência são resultantes da ação das forças endógenas (tectonismo) e exógenas (erosão e alteração climatogenética).

As principais riquezas naturais são argila, pedras para construção, madeira, pindoba, ouricuri, andaiá, mane-véio/guarirú, bambu, água, serra da Jibóia/Mata Atlântica. Seus principais

acidentes geográficos são os rios Sururu, Preto, da Dona e Vermelho; e os riachos Palmeira, da Manga, do Tabocal, da Dona e do Braga.

1.3 Aspectos Ambientais

O Recôncavo Sul, localidade onde se encontram as terras deste município, foi a região inicialmente escolhida para o desenvolvimento das atividades do Projeto Reflorar. Sediado na Reserva Jequitibá, no município de Elísio Medrado, o projeto abrange os municípios de Santa Terezinha, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa e Lage.

As áreas desses municípios abrangem pouco mais de 2.200 km², com uma população de aproximadamente 86.800 habitantes. O clima varia de semi – árido a sub - úmido, com pluviosidade anual variável entre 600 a 1.200mm. A região sofre a influência das bacias hidrográficas dos rios Paraguaçu – Santa Terezinha, Jaguaripe – Varzedo e Jiquiriçá – Elísio Medrado – São Miguel das Matas – Amargosa.

A cobertura vegetal predominante é de Mata Atlântica. A situação dos remanescentes florestais é alarmante, em virtude da grande fragmentação e empobrecimento pelos constantes desmatamentos e da ausência de fiscalização.

A estrutura fundiária na região caracteriza-se pela predominância de micro e pequenas propriedades, que em sua maioria não possuem remanescentes florestais, nem área de Reserva Legal.

A visível degradação ambiental da região reforça a necessidade de recomposição de áreas degradadas. A realidade do Nordeste, e em particular a nossa, tem demonstrado que há resistências culturais ao reflorestamento, apesar da consciência do agricultor, técnico ou administrador público sobre a necessidade e importância da conservação dos recursos naturais, através da recomposição da vegetação e especialmente a proteção dos mananciais de d'água.

São evidentes os impactos ambientais, pois a expansão da pecuária tem conduzido ao esgotamento das propriedades do solo, dificultando o desenvolvimento de outra atividade, principalmente agrícola. Além desse problema verificam-se processos de erosão significativos em algumas áreas. Outra consequência ambiental grave tem sido a redução dos níveis do volume de água dos rios que atravessam as propriedades do município. Uma das causas prováveis desse problema são os constantes desmatamentos clandestinos ocorridos em todo o município e, principalmente na Serra da Jibóia, um dos últimos resquícios de Mata Atlântica, cuja maior parte pertence a Varzedo. A retirada das matas ciliares, prática comum na região é outra causa para o acelerado assoreamento dos rios.

Já se percebe, embora de forma tímida, uma consciência dos erros dos desmatamentos, queimadas, esgotamentos do solo, caça de animais silvestres, etc, verbalizados como causas

da degradação ambiental. Entretanto, mesmo com a compreensão pública e notória das causas e efeitos das relações produtivas com o meio ambiente, as populações, especialmente as rurais, não percebem qualquer apoio mais direto dos poderes públicos em forma de orientações, educação ambiental, acesso a recursos financeiros, bem como a tão necessária fiscalização.

1.4 Aspectos Demográficos

Analisando alguns aspectos demográficos do município, observa-se um crescimento nos últimos anos da população urbana. Um dos fatores que tem influência nessa migração interna é a dificuldade dos pequenos proprietários rurais em si estabelecerem no campo, tendo em vista os baixos rendimentos proporcionados pela atividade agrícola e, conseqüentemente, a falta de recursos financeiros para investirem nas propriedades.

Essa situação pressiona os pequenos proprietários a venderem suas terras e irem buscar oportunidades na cidade de Varzedo ou em outras cidades da região, principalmente Santo Antonio de Jesus. Contudo, mesmo dirigindo-se para a zona urbana do município, poucos conseguem oportunidades de emprego, devido ao pequeno dinamismo econômico. Nesse caso, são forçados a voltarem ao campo, não mais na condição de proprietários, mas como trabalhadores sem terra, diaristas, submetendo-se a baixa remuneração.

A tabela 01 expressa a distribuição da população no município nas últimas décadas.

Tabela 01. População do Município de Varzedo.

Anos	Total da População	Total de homens	Total de mulheres	Total da população urbana	Total da população rural
2000	9.344	4.695	4.649	2.733	6.611
2010	9.109	4.534	4.575	3.364	5.745

Fonte: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>> Acesso em: 16 jan. 2014.

A população total de Varzedo passou de 9.344 em 2000, chegando em 2010 com 9.109 habitantes, o que representa um decréscimo demográfico ainda que pouco expressivo. Por outro lado, a taxa de urbanização que era de 29% em 2000 atingiu 37% em 2010, o que indica um forte incremento da população urbana, embora ainda denota a condição essencialmente

rural do município. Ainda que sem novos resultados oficiais mais recentes, o IBGE divulgou estimativas da população de Varzedo em 2019, aproximadamente 8.838 pessoas.

Quanto ao gênero pode-se observar ainda na tabela 01 que embora haja um equilíbrio nos referidos anos em relação a população masculina e feminina, o percentual da população feminina ainda é superior.

Quanto à distribuição etária (Tabela 02), a população de Varzedo vem apresentando algumas mudanças. O ano de 2000 revelou que a população com idade inferior aos 14 anos somada ao grupo etário de 15 a 17 eleva o contingente jovem a uma participação de 36% da população em 2000. Em relação ao último censo observa-se uma redução do referido grupo, para 30% em 2010, configurando um decréscimo de 6 a 8 pontos percentuais.

Tabela 02. Informações sobre o Município de Varzedo

População(1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total
Urbana	2000	205	83	429	177	425	416	892	2.627
	2007	170	111	525	162	391	544	1.131	3.034
	2010	185	91	553	189	385	607	1.345	3.364
Rural	2000	452	228	1.208	421	876	826	2.035	6.046
	2007	307	194	1.055	386	815	934	2.255	5.946
	2010	275	153	953	352	670	935	2.376	5.714
Total	2000	657	311	1.637	598	1.301	1.242	2.927	8.673
	2007	477	305	1.580	548	1.206	1.478	3.386	8.980
	2010	460	244	1.506	541	1.055	1.542	3.730	9.078
PIB (2)	IDH (3)	IDI (4)		Taxa de analfabetismo (5)					
37.626	0.63	0.49	População de 10 a 15 anos		População de 15 anos ou mais				
			10.10		29.80				

Fonte: Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/ide/2000,2007,2010/gerarTabela.php>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

Constata-se também um incremento da população de 25 a 35 anos que em 2000 correspondia a um percentual de 14% da população, ampliando em 2010 para 17%. Quanto a população mais idosa (mais de 35 anos) o percentual continua crescente, sendo de 32% da população em 2000 e de 41% em 2010.

1.5 Aspectos Socioeconômicos

Analisando a dimensão econômica de Varzedo, é facilmente identificável a importância que as atividades ligadas ao campo, principalmente a agricultura e pecuária, têm para o município e para a população local. A distribuição populacional concentrada mais na zona rural evidencia a dependência principalmente da atividade agrícola.

Embora o setor primário (principalmente a atividade agrícola e a pecuária) constitua um dos principais setores econômicos do município, não só porque tem uma participação importante no PIB municipal, mas, sobretudo, pela mão-de-obra que emprega, mesmo sendo utilizada fora das leis trabalhistas em sua maior parte, a ausência de políticas públicas mais eficazes destinadas para essas atividades tem comprometido o aumento da economia local, dificultando a geração de mais renda para a população, impossibilitando-a o direito de permanecer e sobreviver dignamente no campo, o que constitui um sério entrave para o desenvolvimento local.

A agricultura tem como principais produtos a mandioca, laranja, café, caju, amendoim e milho. Embora a região, na qual o município está inserido, tenha sido marcada por lavouras historicamente importantes como as de fumo e cana-de-açúcar, é a cultura da mandioca a mais expressiva atualmente. No entanto, verifica-se que o cultivo dos principais produtos agrícolas ocorre através de técnicas tradicionais e com baixa mecanização no setor.

Ao contrário do que se verifica em muitas localidades e regiões brasileiras, o problema dos latifúndios improdutivos, não constitui uma realidade no município de Varzedo, pois a maior parte das propriedades são pequenas e médias. No entanto, embora haja a predominância de minifúndios, esses por sua vez possuem baixa produtividade.

Existem alguns fatores que podem explicar o frágil dinamismo da agricultura. Inicialmente sendo um município onde há um considerável número de pequenos estabelecimentos, seus proprietários, por sua vez, não dispõem de uma renda que lhes permitam a utilização de técnicas mais modernas e eficazes, além de não poderem contratar técnicos especializados que orientem os cultivos dos produtos. Outro fator se refere à resistência por parte de alguns agricultores em adotar novas técnicas de cultivo que aumentem a produção agrícola em suas propriedades.

A maior parte das terras no município tem sido utilizada para a pecuária, mais especificamente a criação do gado bovino, apenas aproximadamente 19% (dezenove por cento) estão voltadas para as lavouras, sejam elas temporárias ou permanentes. Dessa forma a não utilização de técnicas e equipamentos agrícolas modernos e a resistência à adoção de novos produtos a serem cultivados, dificultam o desenvolvimento da agricultura, que deveria ter uma contribuição ainda mais significativa para a economia local.

Os maiores proprietários, embora continuem com os cultivos de produtos tradicionais (principalmente mandioca e laranja), têm transformado a paisagem rural em algumas áreas do município, com a expansão das pastagens destinadas à criação de gado bovino.

A maior parte do efetivo de rebanhos corresponde a criação de gado bovino, seguido da criação de galos, frangas, frangos, pintos e galinhas. A avicultura tem aumentado em função da instalação de granjas da empresa São Luiz e, devido à implementação do frigorífico Avigran.

Embora a pecuária tenha sua importância na economia local, apresenta pouco dinamismo se levada em consideração a área disponível para essa atividade no município. Entretanto, alguns fatores que afetam a atividade agrícola também dificultam um dinamismo maior na pecuária. Grande parte dos proprietários rurais desse setor realiza poucos investimentos, principalmente em equipamentos modernos e técnicas apropriadas e mais eficazes que alcançariam uma produtividade maior. É comum, ao se analisar a paisagem rural do município, verificar áreas de pastagens quase vazias, uma evidência, em alguns casos, da especulação imobiliária no campo.

Algumas consequências podem ser identificadas na zona rural, em razão da tendência a expansão das áreas de pastagens em uma parte considerável do município. Entre elas, destacam-se as consequências sociais, pois, uma parcela de trabalhadores, que viam na agricultura de baixa mecanização a oportunidade de emprego mesmo submetendo-se às condições desfavoráveis, percebe que os postos de trabalho tendem a diminuir em decorrência da substituição de áreas que se destinavam à agricultura por áreas voltadas para a pecuária. Essa última, por sua vez, necessita de uma quantidade menor de mão-de-obra do que a primeira. Outras atividades, como a indústria e o comércio, complementam o quadro das principais atividades econômicas do município.

O setor industrial em Varzedo se caracteriza como sendo de pequeno porte. Pois são poucas as unidades existentes. Segundo o IBGE não existem no município indústrias extrativas, apenas algumas indústrias de transformação. Assim como a atividade industrial, o comércio no município, especificamente na sede, embora tenha melhorado, ainda apresenta pouco dinamismo.

A proximidade em relação a Santo Antônio de Jesus, além de conduzir grande parcela da população da cidade e de algumas localidades do município a comprar os bens comercializados e os serviços oferecidos, atrai os produtores rurais a venderem seus produtos no centro regional, quando parte dessa produção poderia dinamizar a atividade comercial local. Vale salientar que grande parte da produção (principalmente a farinha de mandioca e a laranja) é destinada para a comercialização em Santo Antônio de Jesus e Salvador. Em outra parte do município, o Distrito do Tabuleiro do Castro e localidades próximas, a população é atraída pelo comércio e pelos serviços da cidade de Castro Alves. Dessa forma, devido ao pouco dinamismo do comércio local, esse setor emprega uma parcela ínfima de mão-de-obra assalariada, pois, assim como a atividade industrial, as famílias dos comerciantes ocupam a maior parte dos poucos postos de trabalho. Vale salientar que alguns dos trabalhadores empregados não têm seus direitos trabalhistas garantidos.

Houve nos últimos anos um aumento considerável das unidades locais, com destaque para o comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, além das unidades voltadas para serviços coletivos, sociais e pessoais. Contudo, constituem estabelecimentos pequenos e com pouca diversidade na oferta de bens e serviços.

A análise das principais atividades econômicas (agricultura, pecuária, comércio e indústria) permite afirmar que Varzedo se constitui em um município essencialmente rural, não simplesmente por ter a maior parte da população morando no campo, mas, sobretudo pelo fato da maioria da população depender diretamente das atividades desenvolvidas no espaço rural para sua sobrevivência. O pouco dinamismo dessas atividades incide diretamente na renda da população.

Mesmo sendo inexpressivas no município, as atividades comercial e industrial têm aumentado, no entanto, não têm sido capazes de atender as necessidades essenciais da população residente no município, impulsionando-a a procurar centros regionais mais próximos.

No que tange ainda a situação socioeconômica, esta pode ser avaliada com base nos indicadores apresentados a seguir.

Tabela 03. Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Indicador	Indicadores de Renda e Pobreza (taxas)		
	1991	2000	2010
IDH – municipal	0,303	0,418	0,586
Renda <i>per capita</i>	115,39	150,83	297,56
Proporção de pobres	82,17	63,04	38,23
Índice de Gini	0,53	0,49	0,52

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

A renda per capita média de Varzedo no período de 1991 à 2010, cresceu 39%, passando de 115,39 em 1991 para 297,56 em 2010. O IDH municipal aumentou de 0,303 para 0,586 em 2010 e a proporção de pobres diminuiu em 21% nas últimas décadas. Isto denota um maior investimento em políticas públicas, favorecendo assim, o desenvolvimento socioeconômico do município.

Os indicadores de desenvolvimento humano registrados nas duas últimas décadas revelam um aumento considerável nos índices, o que pode ser verificado na tabela abaixo:

Tabela 04 - Índice Municipal de Desenvolvimento Humano – IDH-M.

Índice Municipal de Desenvolvimento Humano	ANOS		
	1991	2000	2010
IDHM	0,303	0,418	0,586
IDHM-Renda	0,429	0,472	0,581
IDHM-Longevidade,	0,597	0,675	0,753
IDHM-Educação	0,109	0,230	0,461

Fonte: PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano (www.pnud.org.br)

Segundo informações do Atlas de Desenvolvimento Humano, conforme tabela 04, no período de 1991-2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Varzedo cresceu, passando de 0,303 em 1991 para 0,586 em 2010. A dimensão que mais contribuiu para esse crescimento foi a Educação, seguida pela Renda, o que conseqüentemente proporciona uma maior Longevidade.

1.6 Aspectos Culturais

Muita festividades e eventos culturais ainda se mantêm vivos no município de forma espontânea pela população. Dentre as manifestações culturais e eventos comemorativos destaca-se o Reisado, a Páscoa com a encenação da paixão e morte de Cristo e queima de Judas; a emancipação política com a semana da cultura; as festas juninas com festival de quadrilhas, shows com grupos da região, comidas típicas; as festas natalinas com armação de presépios; às rezas (de setembro a dezembro) de São Cosme e Damião, Santa Bárbara, Deus menino, etc.; e as festas dos padroeiros por localidades.

É oportuno ressaltar que no calendário religioso Católico, destaca-se em 08 de dezembro a festa Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município resultando em feriado municipal. A Festa vem sendo celebrada pela população desde a implantação da Capela.

No que se referem às principais atividades de lazer do município encontra-se o futebol, karatê, capoeira; cavalgadas, argolinhas; Cachoeira dos desejos (Tabuleiro do Castro); enduro de animais de Varzedo à Pedra Branca;

O município para a realização de grande parte das atividades elencadas dispõe de 04 quadras poliesportiva sendo uma com cobertura situada na sede; 02 campos de futebol; 03 salões, sendo 02 mantidos pela paróquia Nossa Senhora da Conceição, 01 mantido pelo poder público municipal; e sede da ADC (Associação Assistencial Educacional e Cultural).

Destaca-se também no município as religiões evangélicas Assembleia de Deus, Adventista do Sétimo Dia, Batista, Cristã do Brasil, Casa da Bênção, Universal do Reino de Deus, Deus é Amor, além do Salão do Reino das Testemunhas de Jeová e também o Centro Espírita. Todas

essas com seus calendários específicos de festas e celebrações. Não existe registros oficiais sobre a existência de religião de matriz africana.

1.7 Aspectos da Infraestrutura Material

O sistema de energia elétrica de Varzedo é abastecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel que atende a área urbana e praticamente toda a área rural. Sendo que a tensão é disponibilizada para a rede de atendimento domiciliar na área urbana e rural através de sistema trifásico e monofásico.

Já em relação à telefonia celular temos três operadoras em pleno funcionamento, Oi, Vivo (maior cobertura) e Claro, que prestam os serviços a praticamente a todo o município, salvo algumas regiões da zona rural que oscila o sinal da rede.

O serviço de internet, também é disponibilizado pela empresa MMA, News Tellecon, e outras particulares com cobertura no centro e em algumas localidades da zona rural.

Outros mecanismos que favorecem a comunicação no município dizem respeito a um posto da agência dos Correios que consegue atingir todo o município (área urbana) no sentido da distribuição de correspondências e outros serviços, e, uma rádio comunitária local que também tem cobertura no centro e em algumas localidades do município. Além da Rádio comunitária local, é pertinente destacar as rádios de cidades circunvizinhas, a exemplo de Santa Antônio de Jesus e Castro Alves que têm ampla cobertura no sinal e audiência no município.

Quanto ao serviço de transporte são realizados pelas empresas Cidade Sol, Jauá e também o transporte alternativo. Em todas as situações a oferta do serviço de transporte é intermunicipal. Entre as localidades dentro do território do próprio município dispõem-se de serviço de moto-taxi, carros particulares e, em período letivo de transporte escolar para os estudantes.

É importante destacar, ainda no âmbito da infraestrutura material, a gestão da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Infraestrutura na fiscalização e execução dos serviços de limpeza urbana na sede municipal e na zona rural, mais intensamente nas localidades de São Roque nos Macacos e Tabuleiro do Castro.

Já em relação ao atendimento do sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto, o mesmo é realizado pela Embasa – Empresa Baiana de Água e Saneamento cuja cobertura ainda não foi universalizada, principalmente na zona rural que conta muito ainda com poço artesiano ou nascente na propriedade e/ou outras formas de abastecimento de água.

2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO

Essa seção tratará, ainda que de forma sucinta, da organização da oferta do ensino no município, com maior ênfase na rede municipal, por se tratar do “chão” que as ações desse plano devem brotar. Somando-se a oferta de ensino, será apresentado também alguns dos indicadores educacionais do município, com os quais pretende-se corroborar com esse plano, e os recursos humanos da rede que efetiva esse esforço conjunto para assegurar o direito à educação, a aprendizagem, e conseqüentemente, à melhoria dos indicadores educacionais.

2.1 A oferta do Ensino

A rede escolar do município de Varzedo é constituída de 13 estabelecimentos educacionais atendendo toda a educação básica, sendo que 77% das escolas são mantidas pela prefeitura municipal e 15 % pela rede privada e com 8% a rede estadual, representado por uma única

unidade escolar. Ressalta-se que o baixo percentual da rede estadual se deve a municipalização do Ensino Fundamental, o que a diferencia das demais por atender a última etapa da educação básica, ensino médio.

Tabela 05 - Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica por dependência administrativa e níveis de ensino 2020.

Níveis de ensino	Dependência administrativa			Total
	Estadual	Municipal	Particular	
Educação Infantil Creche	--	01	--	01
Educação Infantil Pré- escolar*				
Ensino Fundamental – Anos Iniciais	--	08	02	10
Ensino Fundamental – Anos Finais		01	--	01
Ensino Médio	01	--	--	01
Total	01	10	02	13

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br

** Das 10 escolas que ofertam Ensino Fundamental Anos Iniciais, apenas uma, da rede municipal não oferece a Educação Infantil – pré escolar.*

Embora a educação infantil seja oferecida nas escolas de ensino fundamental das redes municipal e privada, não se pode negar a falta de condições de infraestrutura, com exceção da Creche Proinfância. O município vem garantindo melhorias na distribuição dos recursos didáticos e na qualificação dos recursos humanos para este nível.

Tabela 06 - Número de estabelecimentos escolares de Educação Básica por localização e dependência administrativa 2020.

Localização	Dependência administrativa			Total
	Estadual	Municipal	Particular	
Urbana	01	04	02	07
Rural	0	06	0	06
Total	01	10	02	13

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br

Conforme a tabela anterior, a rede municipal tem atendido em grande escala as demandas educacionais, principalmente nas diversas localidades rurais (conforme aspectos demográficos) de modo a contemplar os pontos mais longínquos da sede., atendendo em algumas unidades classes multisseriadas.

Considerando-se as especificidades das classes multisseriadas da educação do campo, a secretaria de educação também realizou, ainda que de forma tímida, formação de Pólos Escolares tendo como critério o número de classes/escolas e localização geográfica na tentativa de um melhor acompanhamento administrativo e pedagógico.

Outro indicador que pode revelar a composição da rede escolar é o número de matrícula. Numa visão geral pode-se verificar como se distribui a oferta de ensino, conforme a as etapas e modalidades na rede municipal.

Tabela 07 - Número de matrículas da Educação Básica, da rede municipal por etapas e modalidades de ensino – 2020.

Etapas e modalidades de ensino	Dependência Administrativa
	Municipal
Educação Infantil – Creche	118
Educação Infantil – Pré escola	179
Sub-total da Educação Infantil	297
Ens. Fundamental – 1º Ano ao 5º Ano	578
Ens. Fundamental – 6º ao 9º ano Série	545
Sub-total do Ensino Fundamental	1.123
Educação de Jovens e Adultos	97
Total	1.517

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Do quantitativo dessa matrícula 64 estudantes estão no Atendimento Educacional Especializado-AEE e 1.122 estudantes utilizam o transporte escolar.

2.2 Indicadores Educacionais

Direcionando a análise para os indicadores da rede municipal de ensino, tomando como referência a educação infantil, que não tem finalidade de promoção, não podemos desconsiderar a existência de percentual de abandono, centrado especificamente, na creche, no atendimento da educação em tempo integral. O percentual de abandono no ano de 2019 foi de 13%.

Quanto ao desempenho no ensino fundamental, tomando como base a última década 2009 - 2019, conforme gráfico, pode-se observar a melhoria significativa em todos os indicadores – aprovação, reprovação e abandono.

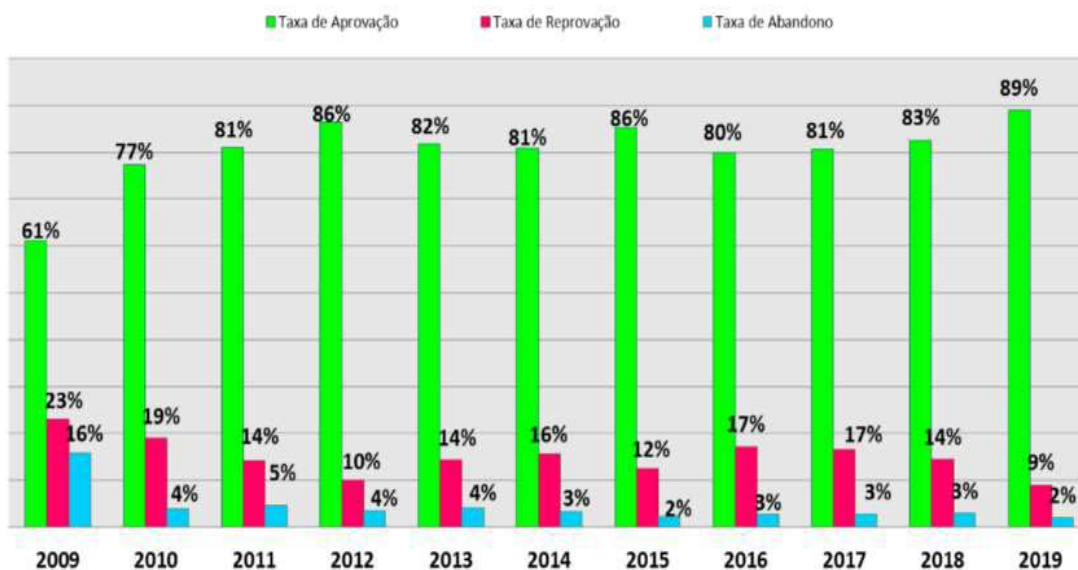


Gráfico 01 - Demonstrativo de resultados do Ensino Fundamental, período 2009 a 2019.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2020.

Vale destacar ainda, os indicadores da modalidade Educação de Jovens e Adultos na etapa do ensino fundamental, que embora tenha melhorado, ainda se apresenta como um grande desafio, no sentido de assegurar ao seu público (jovens, adultos e idosos) a permanência com sucesso na escola. Soma-se a esse desafio os indicadores de analfabetismo e analfabetismo funcional no município.

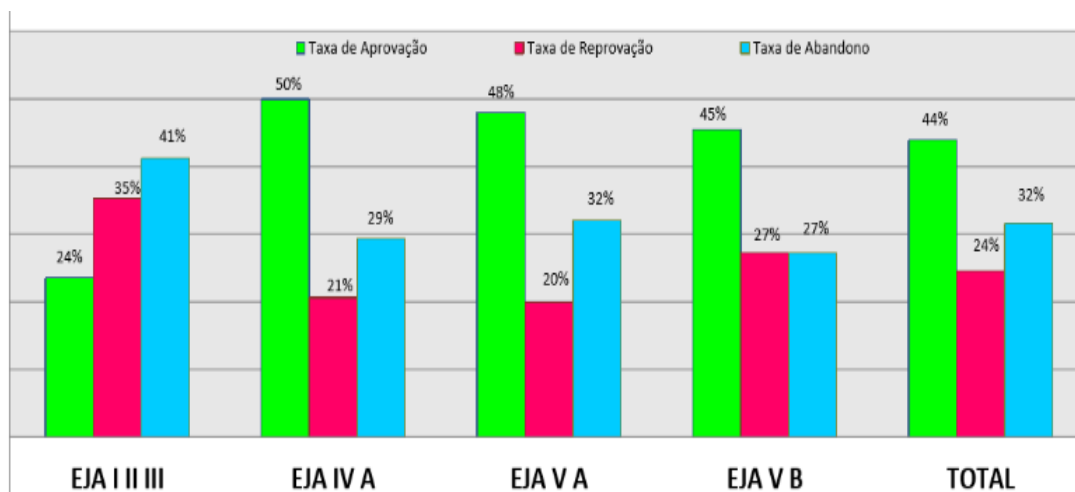


Gráfico 02: Demonstrativo de resultados da EJA - 2019

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2020.

Considerando ainda os indicadores educacionais do município, não se pode desconsiderar, o IDEB⁴ – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do município, apresentado nas tabelas que seguem, tanto no seu teor quantitativo, quanto na interpretação qualitativa dos seus resultados.

Figura 02: IDEB – Ensino Fundamental – Anos Iniciais (2005-2017)

Município	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Varzedo	2,3	3,6	2,6	3,6	3,4	4,6	4,3	2,4	2,7	3,0	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5

Figura 03: IDEB – Ensino Fundamental – Anos Finais (2005-2017)

Município	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Varzedo	2,2	2,7	2,2	3,1	3,5	3,6	3,6	2,3	2,5	2,9	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7

É pertinente frisar ainda, no que tange ao IDEB que embora o município tenha melhorado seus indicadores é desafiado a continuar numa crescente, tanto nos anos iniciais, quanto nos finais. É desafiado ainda a efetivar as estratégias da meta 7 do PME, principalmente as que tem relação com a ação intersetorial, de forma a contribuir com a melhoria do IDEB.

2.3 Recursos humanos

Para dar conta da política da educação na rede municipal a secretaria de educação, assim como as unidades escolares, dispõe de um quadro funcional, que envolve servidores dos diversos segmento, a saber:

Tabela 08 – Quadro funcional da rede municipal de Varzedo, envolvendo profissionais da secretaria de educação e das unidades escolares – 2020.

Cargo/Função	Carga Horária EFETIVOS		Carga Horária TEMPORÁRIOS		Carga Horária TOTAL	
	20H	40H	20H	40H	20H	40H
AGENTE ADMINISTRATIVO		1			0	1
AGENTE DE PORTARIA/VIGILANTE	1	5	1	1	2	6
APOIO ADMINISTRATIVO			3		3	0

⁴ IDEB é um indicador de resultado constituído pela combinação de informações provenientes do desempenho do estudante em exames padronizados e do fluxo escolar.

ASSESSOR TECNICO			1		1	0
AUXILIAR DE CRECHE		4		2	0	6
AUXILIAR DE MERENDA/ASG		25	9	10	9	35
AUXILIAR DE SALA		2	12	1	12	3
AUXILIAR DE SECRETARIA			3	3	3	3
COORDENADOR PEDAGOGICO	1	5	5	2	6	7
COORDENADOR ADM	1	1	1		2	1
DIRETOR DE DEPARTAMENTO		2			1	3
DIRETOR ESCOLAR		2		3	0	5
MOTORISTA		1		16	0	17
NUTRICIONISTA	1				1	0
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA		1			0	1
PROFESSOR PRÉ ESCOLA	5	0	5	0	10	0
PROFESSOR CRECHE	2	3	6		8	3
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL I	13	0	20	0	33	0
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II	18	14	10	0	28	14
PSICOPEDAGOGA			1		1	0
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO				1	0	1
SECRETÁRIO ESCOLAR		7			0	7
TECNICO INFORMATICA		2			0	2
VICE DIRETOR	3		6		9	0
AMIGOS DA ESCOLA (SERV VOLUNTARIO)			41		41	0

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Departamento Administrativo da SEDUC 2020.

Pensar num processo de planejamento da educação, os recursos humanos merecem uma atenção especial. A ação pedagógica não é isolada, devendo haver uma interação constante entre necessidades e possibilidades referentes ao processo de conhecimento pelos estudantes, sendo fundamental a intervenção do professor. Além dos professores, no processo educacional, há participação de outros tantos servidores dos segmentos diversos que, juntamente com os professores, fazem a educação acontecer.

O nível de qualificação dos servidores será de extrema relevância nesse processo de pensar a educação no contexto do distanciamento social. É oportuno ressaltar que do quadro de professores, quanto a qualificação, que 94% dos professores efetivos possuem formação superior em educação, no entanto, apenas 77% dos professores efetivos possuem formação superior compatível com a área de conhecimento que lecionam na educação básica. Quando agregamos professores temporários aos efetivos esse percentual de professores com formação superior compatível com a área de conhecimento que lecionam na educação básica cai para 72%. Os demais contratados encontram-se com licenciatura em curso.

Dentre esses profissionais da tabela – quadro funcional, existem profissionais que são considerados da população de risco⁵ no contexto da pandemia. Portanto, eles terão nesse plano emergencial, um olhar diferenciado com responsabilidades que primem pelo seu bem-estar emocional e de saúde.

⁵https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

3 CONTEXTO DOS POSSÍVEIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO ESCOLA-ESTUDANTE-FAMÍLIA-COMUNIDADE

Essa seção abordará os canais de comunicação já consolidados na relação escola-estudante-família-comunidade, e apontará para outras possibilidades à luz do levantamento realizado por unidade escolar e pela secretaria de educação de forma a subsidiar as diversas frentes de trabalho para chegar aos diversos sujeitos (professores, estudantes, família, comunidade) em meio ao contexto da pandemia (Covid 19).

3.1 Mecanismos de Comunicação

A comunicação é a matéria prima da gestão que se quer e se diz democrática. Essa clareza, por parte da gestão, quer seja da secretaria de educação ou das unidades escolares, tem corroborado para inserir a “comunicação” na pauta da gestão, no planejamento estratégico. Ainda assim, ao acessar o relatório de monitoramento do PME, é evidenciado nos registros de cada meta, que a comunicação continua sendo um desafio para a gestão, sobretudo, nas estratégias que dizem respeito a uma comunicação que extrapola os muros da escola, que deveria envolver outros segmentos da sociedade e as que demandam intersetorialidade.

O que pode ser apontado como mecanismo consolidado de comunicação escola-estudante-família-comunidade, à luz dos relatórios de monitoramento e avaliação do PME, da escuta às unidades escolares, bem como dos relatórios anuais de gestão da secretaria de educação são: reuniões presenciais (no início do ano letivo, e ao final de cada unidade letiva); diálogos por turmas; diálogo em atividades complementares com os professores e conselho de classe; projetos pedagógicos abertos à família e a comunidade; reuniões do conselho escolar; quando do acompanhamento específico de alguns alunos, diálogo por telefone ou WhatsApp ou presencial (via convite tendo o aluno como portador); visita domiciliar, etc.

Soma-se a esses mecanismos, pensando a gestão da educação como um todo, as reuniões dos conselhos municipais de educação, alimentação escolar e Fundeb, que envolve as diferentes representações; reuniões com representação da APLB; e as reuniões internas da secretaria de educação com sua equipe e também com gestores escolares e coordenadores pedagógicos; e audiência pública, a exemplo da de avaliação do PME que trata de toda a política de educação do município, trata do direito à educação.

Ter ciência desses mecanismos consolidados, foi de extrema importância, para descortinar as fragilidades dos mecanismos de comunicação no contexto da gestão quer seja da secretaria, quer seja da escola, quer seja da sala de aula. Por outro lado, foi determinante para alavancar o mapeamento de novos possíveis mecanismos, na tentativa de chegarmos a todos os sujeitos, principalmente, nesse contexto da pandemia.

O primeiro ponto de atenção, foi a desconstrução do discurso de que todos têm acesso a internet e WhatsApp, pois, um dia antecedendo a suspensão das aulas, ao ser solicitado esse levantamento em uma das unidades escolares foi detectado que o percentual dos que tinha acesso era inferior a 50%. Frente a esse ponto, foi solicitado de todas as unidades escolares o mapeamento dos possíveis mecanismos de comunicação para chegar aos estudantes e suas respectivas famílias e comunidade.

O segundo ponto de atenção, foi de que muitas das possibilidades de comunicação constavam na ficha de matrícula dos estudantes, através do sistema informatizado que o município dispõe, no entanto, pouco explorada na perspectiva de fortalecer a comunicação e, por conseguinte, a gestão.

Os resultados do mapeamento dos mecanismos de comunicação foram tabulados por escola conforme quadros a seguir:

QUADRO 01: levantamento de mecanismos de comunicação dos estudantes/família – 2020.

CRECHE PROINFANCIA NOSSA SENHORA DA CONCEICAO

TURMA	QTD DE ALUNOS	QTD DE ALUNO/RESPONSÁVEL COM TELEFONE	TELEFONES/WHATSAPP Acesso à Internet	EMAIL
MATERNAL I A 2020	26	5	5	A escola possui pouquíssimos Registros
MATERNAL I B 2020	24	4	4	
MATERNAL II A 2020	21	10	9	
MATERNAL II B 2020	21	8	8	

ESCOLA PREFEITO MANOEL JOSE DE SOUZA

TURMA	QTD DE ALUNOS	QTD DE ALUNO/RESPONSÁVEL COM TELEFONE	TELEFONES/WHATSAPP Acesso à Internet	EMAIL
1º ANO A MAT 2020	25	25	16	A escola possui pouquíssimos registros
1º ANO B VESP 2020	24	24	11	
2º ANO A MAT 2020	25	25	13	
2º ANO B MAT 2020	12	12	9	
2º ANO C VESP 2020	28	22	15	
PRÉ 1 MAT 2020	19	14	11	
PRÉ 1 VESP 2020	22	19	16	
PRÉ 2 MAT 2020	27	24	20	
PRÉ 2 VESP 2020	20	17	7	

Escola: GRUPO ESCOLAR ESTEVAO MOREIRA SAMPAIO

TURMA	QTD DE ALUNOS	QTD DE ALUNO/RESPONSÁVEL COM TELEFONE	TELEFONES/WHATSAPP Acesso à Internet	EMAIL
-------	---------------	---------------------------------------	---	-------

3º ANO A MAT 2020	26	22	18	A escola possui pouquíssimos registros
3º ANO B MAT 2020	22	19	15	
3º ANO C VESP 2020	25	24	19	
4º ANO A MAT 2020	21	19	16	
4º ANO B VESP 2020	23	21	18	
4º ANO C MAT 2020	20	20	18	
5º ANO A MAT 2020	36	32	27	
5º ANO B VESP 2020	26	24	20	

PRÉDIO ESCOLAR DOUTOR OSVALDO CAMPOS

TURMA	QTD DE ALUNOS	QTD DE ALUNO/RESPONSÁVEL COM TELEFONE	TELEFONES/WHATSAPP Acesso à Internet	EMAIL
1º ANO MAT 2020	18	14	11	A escola possui pouquíssimos registros
2º ANO VESP 2020	25	19	10	
3º ANO VESP 2020	22	19	16	
4º ANO MAT 2020	17	15	7	
4º ANO VESP 2020	18	17	17	
5º ANO MAT 2020	23	16	14	
MATERNAL II MAT. 2020	12	10	10	
PRÉ I MAT 2020	15	13	12	
PRÉ II MAT 2020	17	12	12	

PRÉDIO ESCOLAR SANTA BÁRBARA

TURMA	QTD DE ALUNOS	QTD DE ALUNO/RESPONSÁVEL COM TELEFONE	TELEFONES/WHATSAPP Acesso à Internet	EMAIL
1º E 2º ANO VESP 2020	12	7	5	A escola possui pouquíssimos registros
3º, 4º E 5º ANO VESP 2020	22	14	10	
MATERNAL -PRÉ I E II VESP 2020	28	20	14	

Escola: PREDIO JOSE FRANCISCO DE ASSIS

TURMA	QTD DE ALUNOS	QTD DE ALUNO/RESPONSÁVEL COM TELEFONE	TELEFONES/WHATSAPP Acesso à Internet	EMAIL
EF INF 1º AO 4º ANO 2020	8	8	6	A escola possui pouquíssimos registros

Escola: PREDIO ESCOLAR JOSE FRANCISCO SANTIAGO

TURMA	QTD DE ALUNOS	QTD DE ALUNO/RESPONSÁVEL COM TELEFONE	TELEFONES/WHATSAPP Acesso à Internet	EMAIL
2º- 3º- 4º E 5º ANO VESP 2020	20	18	18	A escola possui pouquíssimos registros
EDUC INFANTIL-1º ANO VESP 2020	10	6	6	

				registros
--	--	--	--	-----------

Escola: PREDIO ESCOLAR AVELINO SOUZA ANDRADE

TURMA	QTD DE ALUNOS	QTD DE ALUNO/ RESPONSÁVEL COM TELEFONE	TELEFONES/ WHATSAPP Acesso à Internet	EMAIL
ED INF 1º AO 4º 2020	11	8	6	A escola possui pouquíssimos registros

Escola: PREDIO ESC AMELIA HENRIQUE DOS REIS

TURMA	QTD DE ALUNOS	QTD DE ALUNO/ RESPONSÁVEL COM TELEFONE	TELEFONES/ WHATSAPP Acesso à Internet	EMAIL
1º E 2º ANO MAT 2020	20	19	15	A escola possui pouquíssimos registros
3º ANO MAT 2020	21	20	6	
4º ANO MAT 2020	13	11	7	
5º ANO MAT 2020	17	12	15	
MATERNAL E PRÉ I 2020	19	17	15	
PRÉ II MAT 2020	10	7	8	

ESCOLA MONS. GILBERTO VAZ SAMPAIO

TURMA	QTD DE ALUNOS	QTD DE ALUNO/ RESPONSÁVEL COM TELEFONE	TELEFONES/ WHATSAPP Acesso à Internet	EMAIL
6º ANO M1	28	25	12	A escola possui pouquíssimos registros
6º ANO M2	28	25	7	
6º ANO M3	30	29	18	
6º ANO V1	26	24	7	
6º ANO V2	26	23	16	
7º ANO M1	30	28	16	
7º ANO M2	28	25	9	
7º ANO M3	28	25	4	
7º ANO M4	28	27	20	
7º ANO V1	27	27	3	
7º ANO V2	28	26	22	
8º ANO M1	29	25	20	
8º ANO M2	28	23	13	
8º ANO M3	26	26	13	
8º ANO V1	24	24	11	
8º ANO V2	23	23	12	
9º ANO M1	31	31	22	
9º ANO M2	32	28	19	
9º ANO M3	19	19	12	
9º ANO V1	26	26	11	
SUBTOTAL	545	509	267	

EJA I, II E III	19	12	12
EJA IV A	26	17	10
EJA V A	53	46	30
SUBTOTAL	98	75	52
TOTAL	643	584	319

Fonte: Sistema de matrícula informatizado, Varzedo -2020.

Os dados do mapeamento dos estudantes e/ou responsáveis que possuem aparelho telefônico com acesso a WhatsApp e internet, pensando toda a rede municipal, em termos percentuais chega a apenas 55%. Esses dados são de extrema relevância para a tomada de decisão de se chegar aos estudantes primando pelo princípio da equidade e da universalização.

Tabela 09 – Síntese do percentual de estudantes da rede municipal, por escola e total, que possuem acesso a whatsapp e a internet no município de Varzedo-2020.

Unidade Escolar	Nº de estudantes	Nº de estudantes com acesso a whatsapp e internet	% de estudantes com acesso a whatsapp e internet
Creche Proinfancia Nossa Senhora	92	26	28%
Manoel José de Souza	202	118	58%
Estevão Moreira	199	151	76%
Dr. Osvaldo Campos	167	109	65%
Santa Bárbara	62	29	47%
Jose Francisco Santiago	30	24	80%
Amélia Henrique Reis	100	66	66%
Avelino Souza Andrade	11	6	55%
José Francisco Assis	8	6	75%
Gilberto Vaz Sampaio	643	319	49%
TOTAL	1.514	854	56%

Além do mapeamento voltado para os estudantes e respectivas famílias ou responsáveis, também foi realizado o mapeamento dos mecanismos de comunicação da escola voltados para o quadro funcional, a saber:

QUADRO 02: levantamento de mecanismos de comunicação dos trabalhadores da educação – 2020.

ESCOLA MONSENHOR GILBERTO VAZ SAMPAIO				
Função	Quantidade	Acesso à internet e ao WhatsApp	Acesso apenas ao WhatsApp	Sem acesso ao WhatsApp e a internet
Professor(a)	24	23	-	1
Professor(a)-Licença prêmio	7	7	-	-

Professor(a)	10	10	-	-
Equipe gestora	4	3	1	-
Gestor disciplinar (PM)	3	3	-	-
Coordenador(a)	2	2	-	-
Coordenador(a)	1	1	-	-
Auxiliar de secretaria	6	6	-	-
Auxiliar de secretaria	2	2	-	-
Polícia Militar	3	3	-	-
Porteiro/vigilante	3	2	-	1
Auxiliar de serviços gerais	3	-	2	1
Merendeira	1	1	-	-
Merendeira – licença prêmio	1	1	-	-
Grupo de apoio	6	-	6	-
Grupo de apoio	3	-	3	-
Grupo de apoio	13	-	13	-
TOTAL	92	64	25	3

ESCOLA ESTEVÃO MOREIRA				
Função	Quantidade	Acesso à internet e ao WhatsApp	Acesso apenas ao WhatsApp	Sem acesso ao WhatsApp e a internet
Professor(a)	10	9	1	-
Diretor	1	1	-	-
Vice Diretor	1	1	-	-
Coordenador(a)	1	1	-	-
Auxiliar de secretaria	2	1	1	-
Auxiliar de Sala	2	-	2	-
Porteiro	1	-	-	1
Merendeira	2	-	2	-
Auxiliar de serviços gerais	2	-	2	-
TOTAL	22	13	8	1

ESCOLA SANTA BÁRBARA				
Função	Quantidade	Acesso à internet e ao WhatsApp	Acesso apenas ao WhatsApp	Sem acesso ao WhatsApp e a internet
Professor(a)	4	4	-	-
Vice Diretor	1	1	-	-
Auxiliar de serviços gerais	1	1	-	-
Merendeira	1	1	-	-
Auxiliar de Sala	1	1	-	-
TOTAL	8	8	-	-

ESCOLA DR. OSVALDO CAMPOS				
Função	Quantidade	Acesso à internet e ao WhatsApp	Acesso apenas ao WhatsApp	Sem acesso ao WhatsApp e a internet
Professor(a)	9	9	-	-
Diretor	1	1	-	-
Coord. pedagógico	1	1	-	-
Auxiliar de secretaria	2	2	-	-
Porteiro	1	-	1	-
Auxiliar de Serviços Gerais	8	5	2	1
Merendeira	2	1	1	-
TOTAL	24	19	4	1

ESCOLA AMÉLIA HENRIQUE				
Função	Quantidade	Acesso à internet e ao WhatsApp	Acesso apenas ao WhatsApp	Sem acesso ao WhatsApp e a internet
Vice – diretor(a)	01	01	-	-
Professor (a)	06	06	-	-
Coordenador Pedagógico	01	01	-	-
Auxiliar de secretaria	01	01	-	-
Auxiliar de serviços Gerais	01	01	-	-
Merendeira	02	02	-	-
Auxiliar de Classe	03	03	-	-
TOTAL	15	15	-	-

ESCOLA PREFEITO MANOEL JOSE DE SOUZA				
Função	Quantidade	Acesso à internet e ao WhatsApp	Acesso apenas ao WhatsApp	Sem acesso ao WhatsApp e a internet
Professor	8	8	-	-
Diretor	2	2	-	-
Coordenador Pedagógico	1	1	-	-
Auxiliar de secretaria	1	1	-	-
Porteiro	2	-	2	-
Auxiliar de serviços gerais	2	-	1	1
Merendeiras	2	-	2	-
Auxiliar de sala	3	2	1	-
TOTAL	23	16	6	1

CRECHE PROINFÂNCIA NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO				
Função	Quantidade	Acesso à internet e ao WhatsApp	Acesso apenas ao WhatsApp	Sem acesso ao WhatsApp e a internet
Professor	8	8	-	-

Diretor	1	1	-	-
Vice Diretor	1	1	-	-
Coordenador Pedagógico	1	1	-	-
Porteiro	1	-	1	-
Auxiliar de serviços gerais	2	-	2	-
Merendeiras	2	-	2	-
Auxiliar de sala	6	-	6	-
TOTAL	22	11	11	-

ESCOLA FRANCISCO ASSIS				
Função	Quantidade	Acesso à internet e ao WhatsApp	Acesso apenas ao WhatsApp	Sem acesso ao WhatsApp e a internet
Professor	1	1	-	-
Auxiliar de serviços gerais	1	1	-	-
Merendeiras				
TOTAL				

ESCOLA FRANCISCO SANTIAGO				
Função	Quantidade	Acesso à internet e ao WhatsApp	Acesso apenas ao WhatsApp	Sem acesso ao WhatsApp e a internet
Professor	2	2	-	-
Auxiliar de serviços gerais	1	1	-	-
Merendeiras				
TOTAL				

ESCOLA AVELINO				
Função	Quantidade	Acesso à internet e ao WhatsApp	Acesso apenas ao WhatsApp	Sem acesso ao WhatsApp e a internet
Professor	1	1		
Auxiliar de serviços gerais	1	1	-	-
Merendeiras	1	1		
TOTAL				

Frente aos resultados do mapeamento - não universalização do acesso à internet (a ser explorado em tempos da exigência do distanciamento social), a equipe se debruçou a pensar estratégias que pudessem alargar as possibilidades de comunicação, de diálogo. Nessa perspectiva, voltou o olhar para os aspectos descritos na seção 1 desse plano que trata da caracterização do município - aspectos geográficos, demográficos e mais especificamente, os aspectos da infraestrutura material, onde se percebeu como potencial a utilização da rádio

comunitária local, dos serviços dos correios (ainda que só atenda a zona urbana), e também, o serviço de transporte escolar a partir das rotas já estabelecidas para tentar chegar a todos os sujeitos (profissionais da educação-estudante-família-comunidade).

Nesse sentido, tendo em vista a estrutura organizacional da gestão da educação, especificamente o serviço de transporte escolar como grande instrumento pontuado no mapeamento para se chegar aos estudantes e outros sujeitos e o resultado do mapeamento (estudantes e profissionais da educação sem acesso à internet e localização domiciliar) a equipe da secretaria de educação através da coordenação de transporte escolar e em diálogo com os gestores e motoristas definiram novas rotas para o momento emergencial, caso necessário, de forma a chegar aos alunos qualquer proposição de comunicação. As novas rotas, exclusiva para momento emergencial, conta com dois micro-ônibus adquiridos pelo município com recursos do PAR, a transitar tomando como referência os “distritos” de São Roque dos Macacos, Tabuleiro do Castro e sede.

Soma-se às possibilidades elencadas de comunicação, as frentes de trabalho desenvolvidas pela secretaria de Saúde, através dos Agentes Comunitários de Saúde, os quais já desenvolvem ações ainda que pontuais com a secretaria de educação na busca ativa escolar, e pela secretaria de Ação Social, através da assistência, sobretudo referente aos dados cadastrais das famílias mais vulneráveis do município. Além disso, estamos mantendo esforços na atualização dos dados do Sistema Presença, uma vez que o município possui 1106 alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, e atende a condicionalidade, no monitoramento da frequência escolar. Entretanto, durante o período do Covid-19, o Ministério da Cidadania publicou a Portaria nº 335⁶, de 20/03/2020 informando que estão suspensas ações de bloqueio, suspensão e cancelamento de beneficiários financeiros nos meses de abril, maio, junho e julho respectivamente.

Soma-se ainda a possibilidade das famílias que residem no entorno da unidade escolar (distancias pequenas), ou de postos de saúde, ou de outros pontos e referência na comunidade de irem, caso necessário, de forma organizada e primando pela segurança, a esses espaços para orientações que favoreçam o estreitamento da comunicação.

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%20335-20-mcid.htm

4 O DIREITO À EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA NORMATIVA

O Direito à educação é parte de um conjunto de direitos chamados de direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas. No Brasil este direito apenas foi reconhecido na Constituição Federal – CF de 1988. Analisando especificamente o direito fundamental à educação, observa-se que o art. 6º da Carta Magna consagra o direito à educação como direito social ao dispor que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

A fim de concretizar o direito fundamental à educação o art. 205 da Constituição Federal estabelece que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A educação, portanto, é um direito constitucionalmente assegurado a todos, inerente à dignidade da pessoa humana, bem maior do homem, sendo que por isso o Estado tem o dever de prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Além da Constituição Federal, de 1988, existem outros marcos legais que regulamentam e complementam no que concerne o direito à Educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 1996, em seu artigo 2º ratifica os dispositivos da Constituição Federal ao afirmar que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Estabelece também os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

É pertinente ressaltar que a LDB traz em sua essência, especificamente em seu artigo 1º diretrizes singulares acerca da Educação “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. E nesse contexto, dispositivos vinculados ao referido artigo disciplina a educação escolar e aponta que a mesma deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Soma-se a esses marcos legais, o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 13.005/2014) que além das diretrizes, apresenta metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade. Metas orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania.

O direito à educação ainda pode ser reportado em outros tantos marcos legais em nível federal e estadual. Mas, além dos já mencionados, nos subsidiaremos também, para fundamentar esse plano emergencial, nos marcos municipais, a saber: Lei nº 347/2015 que aprova o Plano Municipal de educação, que em consonância com a CF, LDB, PNE e PEE também resguarda o direito à educação em suas metas estruturantes. Vale destacar, o art. 2º que trata das diretrizes⁷, o art. 7º que traz a competência ao gestor público na adoção das medidas governamentais necessárias para o alcance das metas previstas no PME, incluindo medidas adicionais em âmbito local, e, o art. 8º onde o município demarca a existência em seu texto legal de estratégias que:

I- Assegura articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais e culturais; II- Considera as necessidades específicas da população do campo, assegurando a equidade educacional e a diversidade cultural; III- Garante o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades; IV- Promove a articulação intersetorial na implementação das políticas educacionais.

Em conformidade com estratégias do PNE e PME em dezembro de 2017, foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular- BNCC, primeiro documento que traz uma prescrição de caráter obrigatório. Esse documento busca atender estratégias de metas do PNE no sentido de assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. O direito que todos e todas têm de aprender. Independente das condições que o estudante esteja, elas são muito diferentes, mas os direitos são iguais, e sendo iguais, condições diferentes envolve também obrigações diferentes, seja da parte do estado, da família, e até obrigações dos estudantes.

Pensar o Direito à Educação sob a perspectiva dessa proposta emergencial, e amparada nos marcos legais, incluindo a mais recente Medida Provisória⁸ – MP nº 934/2020 que flexibilizou excepcionalmente a exigência do cumprimento dos 200 dias letivos, mas resguardando o mínimo das 800 horas, significa pensá-lo para além dos estreitos limites da Educação Escolar, analisando as potencialidades que oferecem a Educação ao abarcar diversos processos formativos que se desenvolvem em diversos contextos. O direito à educação é mais amplo que o direito à escola e deve estar à serviço da vida.

⁷ São diretrizes do PME: I. Erradicação do analfabetismo; II. Universalização do atendimento escolar; III. Superação das desigualdades educacionais; IV. Melhoria da qualidade do ensino; V. Formação para o trabalho; VI. Promoção da sustentabilidade socioambiental; VII. Promoção humanística, científica e tecnológica do município; VIII. Cumprimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; IX. Valorização dos profissionais de educação; e X. Difusão dos princípios de equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação

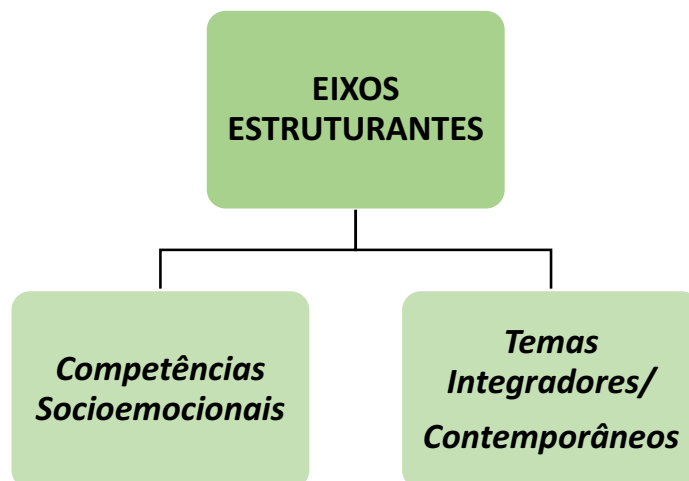
⁸ Em virtude da situação de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19, a Medida Provisória nº 934/2020 flexibilizou excepcionalmente a exigência do cumprimento do calendário escolar ao dispensar os estabelecimentos de ensino da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino.

5 OBJETIVO DO PLANO EMERGENCIAL

Alargar o diálogo entre os sujeitos de direitos (profissionais da educação, estudantes, pais/responsáveis e demais munícipes) à luz do direito social à educação, que perpassa por processos formativos que se desenvolvem em diversos contextos (na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nas organizações comunitárias, nas manifestações culturais, etc), de forma a possibilitar o desenvolvimento de competências socioemocionais (habilidades socioemocionais, conhecimentos, atitudes e valores) que promovam a tomada de decisões baseadas na ética, no bem-estar físico, social e mental e novos caminhos/possibilidades de aprendizagem, que estejam à serviço da vida, tendo como ponto de partida as temáticas que afetam a vida humana em escala local, regional e global – temas integradores.

6 EIXOS ESTRUTURANTES

Para melhor organizar as atividades do plano emergencial, em sintonia com seu objetivo, optamos, *a priori*, por dois eixos estruturantes, a saber:



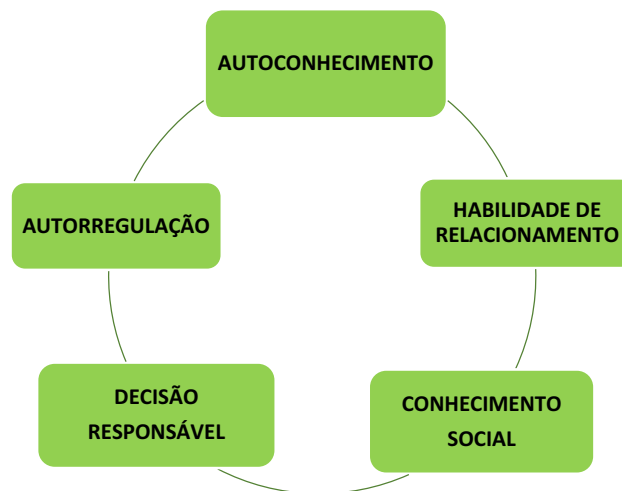
A opção pelos referidos eixos se justifica por serem elementos constitutivos do currículo em discussão/adesão (DCRB) e a medida em que vislumbramos que eles podem iluminar, subsidiar na melhoria da vida dos sujeitos, sobretudo, nesse contexto de pandemia que se encontram. Por se tratar de um ser social por essência, o homem precisa desenvolver as competências socioemocionais para viver em sociedade, construindo relações mais saudáveis, por sua vez, essas competências devem estar alinhadas a questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida e atuação – temas integradores/contemporâneos.

6.1 Competências Socioemocionais

Nos estudos na área da Psicologia, competências socioemocionais são entendidas como influenciadoras do modo como uma pessoa pensa, sente, decide e age em determinada situação ou contexto. Hoje, sabe-se que elas não são fixas, ou seja, são flexíveis e maleáveis, manifestando-se com intensidade e modos diferentes de acordo com os elementos sociais e culturais que atravessam a história de cada pessoa, e sendo, assim, possíveis de serem desenvolvidas ao longo da vida.

As competências socioemocionais incluem a capacidade de cada um lidar com suas próprias emoções, desenvolver autoconhecimento, se relacionar com o outro, de ser capaz de colaborar, mediar conflitos e solucionar problemas. Elas são utilizadas no nosso dia-a-dia de forma sistemática e integram todo o processo de formação de uma pessoa como um ser integral: como indivíduo, como profissional e como cidadão.

A proposição de ter as competências socioemocionais como eixo estruturante, além de estarem ancoradas na normativa do Conselho Nacional de Educação que trata da BNCC e também no Documento Referencial Curricular da Bahia – DCRB, prima por possibilitar o desenvolvimento das **dimensões comportamental (atitudinal) e relacional dos sujeitos envolvidos**. Buscar-se-á educar os corações e inspirar mentes de forma alinhada com as demandas globais e locais da educação, à luz das seguintes competências:



- **Autoconhecimento** – capacidade de reconhecer com precisão as próprias emoções, pensamentos, valores e como eles influenciam o comportamento. Assim, pode-se avaliar com precisão os pontos fortes e as limitações de uma pessoa.
- **Autorregulação** – capacidade de regular, com sucesso, as próprias emoções, os pensamentos e os comportamentos em diferentes situações, administrando com eficiência o estresse, controlando os impulsos e motivando a si mesmo.
- **Conhecimento social** – capacidade de poder trabalhar a cooperação e empatia com os outros para lidar com as diferenças. Por intermédio desta consciência, pode-se compreender as normas sociais, éticas e os comportamentos.
- **Habilidades de relacionamento** – capacidade de estabelecer e manter relacionamentos saudáveis e gratificantes com diversos indivíduos e grupos. Promove as condições de se comunicar claramente, ouvir bem, cooperar com os outros, resistir às pressões da sociedade, negociar conflitos e procurar oferecer ajuda quando necessário.
- **Tomada de decisão responsável** – capacidade de fazer escolhas construtivas a partir do comportamento pessoal e suas interações sociais com base em padrões éticos, preocupações com segurança e normas sociais. Pode-se avaliar as consequências de várias ações e suas relações com o próprio bem-estar e dos outros.

Espera-se que as atividades fundamentadas nesse eixo estruturante possam proporcionar aos sujeitos de direitos, a aquisição e o fortalecimento de valores humanos essenciais, como

cooperação, perseverança, gentileza, entre outros, para além do período da pandemia. Que possa ser consolidado para à vida.

6.2 Temas Integradores/Contemporâneos

Os temas integradores dizem respeito a questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida e atuação favorecendo a compreensão da realidade e a participação social.

Os temas integradores, na prática, devem ser abordados como parte integrante das diversas áreas de conhecimento. A perspectiva dos temas integradores nesse plano emergencial é de instrumentalizar os sujeitos envolvidos para intervir nas situações reais/ cotidianas da comunidade escolar, familiar e de seu entorno, uma vez que, os temas têm relação com a vida humana em escala local, regional e global.

Os temas integradores contemplados nesse plano, são os que constam do DCRB – Documento Curricular Referencial da Bahia, a saber:



- **Educação em Direitos Humanos** - A escola deve arregimentar forças no sentido de sensibilizar toda a comunidade escolar, para poder se envolver na defesa desses direitos em suas perspectivas individuais, coletivas, econômicas, políticas e culturais, com vistas à construção de uma sociedade mais justa, cujos princípios norteadores têm assento em valores humanos equânimes, igualitários, inclusivos e democráticos. (DCRB, pág. 52)
- **Educação para a Diversidade** - visa auxiliar a comunidade escolar na (des) construção de preconceitos, atitudes, valores e práticas sociais discriminatórias e estereotipadas, a partir dos vieses da Educação das Relações de Gênero e Sexualidade e da Educação das Relações Étnico-Raciais. (DCRB, pág. 55)

- **Educação para o Trânsito** - A Educação para o Trânsito é um caminho seguro para a preservação da vida. O comprometimento e a conscientização com a segurança no trânsito promovem a convivência harmoniosa na divisão do espaço das vias terrestres públicas e privadas e evitam as transgressões infracionais às leis de trânsito. (DCRB, pág. 61)
- **Saúde na Escola** - o tema, associado ao recorte territorial, ganha relevância no currículo das unidades escolares, possibilitando a implementação de estratégias mais efetivas para o enfrentamento dos problemas de saúde mapeados no território e, principalmente, na proposição de soluções mais adequadas. Princípios, como intersetorialidade, integralidade, territorialidade, interdisciplinaridade e transversalidade devem ser assumidos no currículo respaldando projetos de intervenção envolvendo a comunidade do entorno para o fortalecimento da parceria escola-comunidade, constituindo-se em uma Escola Promotora da Saúde, conforme preconizado na Lei 12361/2011 que aprova o Plano Estadual da Juventude e estabelece como uma das diretrizes a Promoção da saúde integral do jovem, com destaque para a ação programática de “ênfatar o trabalho conjunto com a escola e com a família para a prevenção da maioria dos agravos à saúde”. (DCRB, pág. 63)
- **Educação Ambiental** - A Educação Ambiental, um dos Temas Integradores do Currículo Bahia, é definida pela Lei Estadual 12.056/2011, como o conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva para a sensibilização, reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, visando a uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra, principalmente no que concerne à fauna, flora e aos recursos hídricos. Diante do atual cenário global, em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social, cabe às unidades escolares incluir os princípios da educação ambiental de forma integrada aos objetos de conhecimentos obrigatórios, como forma de intervenção ampla e fundamentada para o exercício pleno da cidadania. (DCRB, pág. 64)
- **Educação Financeira e para o Consumo**- O processo de planejamento das relações de consumo implica uma compreensão e desenvolvimento de habilidades e competências que corroborem para adoção de hábitos responsáveis diante do cotidiano, resultando na melhor qualidade de vida e uso consciente do capital adquirido. (DCRB, pág. 68)
- **Cultura Digital** - As tecnologias de conectividade contemporâneas abriram um campo de possibilidades de interação, cada vez mais desenvolvido e expandido, a partir do qual são inauguradas novas formas de estar em comunidade. (DCRB, pág.70).
- **Educação Fiscal** - O Tema Integrador Educação Fiscal exerce um papel importante no Currículo Bahia por ter como objetivo o desenvolvimento de valores e atitudes, competências e habilidades necessárias ao exercício de direitos e deveres na relação recíproca entre o cidadão e o Estado, principalmente por dar ênfase ao sujeito de direito na condução da vida social e nas relações humanas. (DCRB, pág. 72)

A análise situacional do município apresentada na seção 1 desse plano emergencial poderá subsidiar, ao apresentar aspectos do contexto local, para qualificar as abordagens/atividades relacionadas aos temas integradores.

7 FRENTES DE TRABALHO

Após mapeamento dos possíveis mecanismos de comunicação e em sintonia com o objetivo desse plano emergencial e dos eixos estruturantes foram definidas algumas frentes de trabalho, sendo que outras frentes podem surgir no processo.

7.1 Radio educativa: “informando e formando à serviço da vida”

Objetivo: Fomentar, através da ação intersetorial, a difusão de conhecimento por meio do rádio de forma a contribuir para o exercício pleno da cidadania com temáticas que subsidiem o desenvolvimento do senso crítico e a construção de novos valores para a vivência familiar e comunitária.

Descrição sumária: Programa na rádio comunitária local, a ser efetivado semanalmente, com duração de 30 (trinta) minutos, para tratar de temáticas específicas, baseadas nos eixos estruturantes – competências socioemocionais e temas integradores, na perspectiva de alargar o diálogo com toda a população favorecendo o bem-estar emocional e social da população em geral.

Descrição detalhada: (Anexo 01)

Público Alvo: População em geral

Sistematização da frente de trabalho: Fernanda e Milca.

Articulação e operacionalização: Departamento Pedagógico

7.2 Estudo orientado: “do referencial para o currículo local”

Objetivo: Possibilitar espaço de estudo e apropriação do DCRB de forma a instrumentalizar as tomadas de decisões para o referencial curricular municipal com atenção ao direito à educação e a aprendizagem à serviço da vida.

Descrição sumária: Muitas são as demandas para a política de educação local, na garantia do direito à educação, do direito à aprendizagem, amparadas no Plano Municipal de Educação-PME e alinhadas com as políticas nacionais. Dentre elas, buscando uma coerência com as ações já iniciadas, em regime de colaboração desde 2018, continuadas em 2019 pelo município e projetadas para 2020, destacamos a apropriação do Documento Curricular Referencial da Bahia-DCRB. A proposição do estudo contempla dois ciclos, o primeiro referente aos textos introdutórios do DCRB (em anexo) que subsidiará outras frentes de trabalho; o segundo, a ser sistematizado, referente as etapas da educação infantil e ensino fundamental. O estudo será realizado pela equipe da secretaria individualmente, e pelos profissionais das escolas ficará a critério da decisão coletiva (individual ou em grupos, ainda

que não presencial). O encaminhamento para os estudos, em virtude do distanciamento social, será via grupo de WhatsApp criado e coordenado pelo Departamento Pedagógico. Após os estudos, caso estejam ainda em distanciamento social será realizada reunião via Hangout para socialização e discussão dos estudos e sistematizações. Sistematizações essas que subsidiarão as modificações alterações ou elaboração dos textos introdutórios/diretrizes/documento do próprio município.

Descrição detalhada: Anexo 02.

Público Alvo: Equipe técnica da secretaria de educação, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, articuladores de área, professores, demais profissionais da educação e conselheiros do CME;

Sistematização da frente de trabalho: Fernanda

Articulação e operacionalização: Departamento Pedagógico

7.3 Orientação conjunta (Seduc e CME) às unidades escolares para proposição de atividades junto aos estudantes: “autonomia e aprendizagem”

Objetivo: Primar pela agenda de aprendizagem dos estudantes da rede municipal com a proposição de atividades diversas à luz dos eixos estruturantes (competências socioemocionais e temas integradores), respeitando a autonomia dos estudantes para resolução das atividades e da família para o apoio.

Descrição sumária: orientação conjunta (secretaria de educação e conselho municipal de educação) as unidades escolares para elaboração de plano de ação frente ao contexto do distanciamento social, referente a proposição de atividades diversas para os estudantes, da educação infantil, ensino fundamental e EJA a serem elaboradas, encaminhadas (material sobretudo físico) e mediadas pelos professores (pelos possíveis canais de comunicação). As atividades deverão tomar como ponto de partida os eixos estruturantes desse plano emergencial e o PPP de cada unidade escolar. O plano de ação precisa ter em sua estrutura elementos básicos que serão definidos pelo departamento pedagógico, incluindo instrumentos de monitoramento e avaliação que culminará com um relatório a ser apreciado por uma comissão específica criada para esse fim, vislumbrando, aproveitamento ou não de carga horária para somar as das atividades presenciais.

Descrição detalhada: Anexo 03.

Público Alvo: Estudantes da rede pública municipal.

Sistematização: Fernanda, Milca, Márcia e Jaqueline

Apoio a sistematização dos Planos de Ação das Escolas: Jaqueline e Fabiane

Articulação e Operacionalização: Departamento Pedagógico

7.4 Elaboração de material para atividades complementares pós pandemia.

Objetivo: Sistematizar, caso necessário a depender do tempo que perdurar a suspensão das aulas, proposta de atividades complementares primando pela aprendizagem dos estudantes, à luz do eixo estruturante – **temas integradores**, a ser implementada concomitante ao ensino presencial, visando o computo de horas para somar à carga horária presencial em exigência ao cumprimento das 800 horas anuais conforme MP nº 934 de 1º de abril de 2020.

Descrição sumária: A ser sistematizada caso perdue a suspensão das aulas.

Descrição detalhada: Anexo 05 (a ser sistematizada)

Público Alvo: equipe pedagógica da secretaria, gestores, coordenadores pedagógicos e professores das unidades escolares.

Sistematização: Márcia, Jaqueline, Delsa, Elda e Milca.

Articulação e operacionalização: Departamento Pedagógico

8 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO EMERGENCIAL

Monitoramento e avaliação são duas faces de uma mesma moeda que representa o cuidado e o interesse por determinar a qualidade efetiva do trabalho realizado.

Entende-se o monitoramento enquanto processo de acompanhamento sistemático e descritivo dos processos de implementação do plano, com o objetivo de garantir sua maior efetividade, mediante a verificação do seu ritmo de trabalho, o bom uso do tempo e dos recursos, a aplicação adequada das ações e competências previstas e necessárias, em relação aos resultados pretendidos.

Dito de outra forma, o monitoramento é uma atividade inerente ao ato de gerir realizado de forma contínua, sistemática e regular, visando determinar em que medida a implementação está sendo feita de acordo com o planejado e com as melhores possibilidades para a realização dos objetivos propostos.

A avaliação constitui-se no processo de medida e julgamento dos resultados parciais obtidos durante a implementação do plano e os integrados ao seu final. Entendendo-a numa perspectiva formativa, a avaliação é processual e nesse sentido acompanha o monitoramento, realizando um julgamento a respeito da eficácia das ações implementadas passo a passo, permitindo a correção necessária de rumos, ritmos e recursos processuais,

Os processos de monitoramento e avaliação são os mesmos, apenas o foco é diferenciado, envolvendo duas dimensões diferentes da mesma realidade: o monitoramento focaliza os processos, os meios de implementação e a avaliação focaliza os seus resultados conforme já destacado. Tanto o monitoramento como a avaliação têm estágios ou etapas, a saber:

- coleta de dados - é realizada por meio de diversos instrumentos: questionários, observações, entrevistas, etc.
- registro e sistematização de dados - são imprescindíveis para se poder comparar, articular e associar resultados obtidos por diferentes instrumentos.
- análise, interpretação de dados e descrição de resultados - têm por objetivo comparar os dados, verificar associações mais comuns entre eles, e por fim, compreender o quadro geral, a partir da interação das particularidades, de modo a identificar necessidades de ação;
- compartilhamento e disseminação dos resultados com a comunidade escolar - de nada valerá o processo de coleta, análise e interpretação de dados se os mesmos não forem

dados a conhecer pela comunidade e não vierem a ser por ela incorporados de modo a melhorar as suas práticas.

- utilização dos resultados na (re)formulação de planos de ação - os resultados obtidos no monitoramento e avaliação não deixam de ser transformados em planos de ação, e por sua vez implementados;

Vale ressaltar, que os instrumentos para orientar o monitoramento e avaliação, atentando para as etapas supracitadas, serão elaborados pela equipe técnica da secretaria e serão no processo inseridos nos anexos desse plano.

ANEXO 01

RÁDIO EDUCATIVA: “INFORMANDO E FORMANDO À SERVIÇO DA VIDA”

Objetivo: Fomentar, através da ação intersetorial, a difusão de conhecimento por meio do rádio de forma a contribuir para o exercício pleno da cidadania com temáticas que subsidiem o desenvolvimento do senso crítico e a construção de novos valores para a vivência familiar e comunitária.

Na crise sanitária, social e econômica que vivemos devido à pandemia decorrente do novo coronavírus, uma das áreas mais afetadas é, sem dúvida, a educação escolar. No mundo inteiro, são centenas de milhões de crianças, adolescentes e jovens que, com o fechamento das escolas, obrigam as famílias a estabelecerem novas rotinas e a reinventarem as formas de cuidar e educá-las no ambiente doméstico.

Essa nova realidade, por mais rápida e passageira que seja, considerando o transcurso de uma vida, está colocando, para todo mundo, um conjunto expressivo de questões acerca das dinâmicas familiares, o cuidado e a educação das novas gerações. A crise permite que, pensemos nas diversificadas funções cumpridas pela escola na sociedade contemporânea.

Muito longe que servir tão somente como lugar de instrução e/ou aprendizado intelectual, a escola desempenha uma função de guarda e cuidado fundamental. Se as funções de formação intelectual, de guarda e de cuidado exercidas pela escola são fundamentais, não menos importantes são aquelas relacionadas à formação para o exercício da cidadania. Portanto, é preciso rever o papel e o lugar da escola no mundo social.

Neste momento de crise sanitária pela qual estamos passando, nossa intenção inicial não é pensar como vamos cumprir os cronogramas e os planos de estudo. O que está em jogo, hoje, é muito mais do que do que cumprir a contento as tarefas escolares. O que buscamos é a proteção à vida e a educação para o cuidado com todos.

É nessa perspectiva que a rádio educativa, em sintonia com estratégias do Plano Municipal de Educação – PME e com os eixos estruturantes desse plano emergencial, será instrumento de **informação e formação à serviço da vida**, seguindo a seguinte estrutura em sua programação:

TEMPO	PARTE DO PROGRAMA	ABORDAGEM
-------	-------------------	-----------

00:02min	Abertura	Acolhimento aos ouvintes/saudações iniciais
05:00min	1ª parte do programa	dialogar sobre a problemática – contextualização do tema
10:00min	2ª parte do programa	o saber sistematizado sobre o tema – aprofundamento
10:00min	3ª parte do programa (se possível, abrir para interação)	compartilhar ações/práticas em efetividade ou possibilidades de efetivação
00:03min	Encerramento	divulgação da temática do programa seguinte e trecho de música, poesia, etc

1ª semana - ____/____/2020.

PROGRAMA 01 – A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

TEMPO	PARTE DO PROGRAMA	ABORDAGEM	PARTICIPAÇÃO
00:02min	Abertura	<i>(Acolhimento aos ouvintes/saudações iniciais)</i> Trecho de música de abertura e saudações iniciais com a introdução da temática e apresentação da(s) participações.	Resp. pela técnica da rádio.
05:00min	1ª parte do programa	<i>(dialogar sobre a problemática – contextualização do tema).</i> O que é a pandemia e como tem impactado das diversas dimensões da administração pública.	Profissional da vigilância sanitária as Secretaria de Saúde.
10:00min	2ª parte do programa	<i>o saber sistematizado sobre o tema – aprofundamento.</i> A palavra da ciência sobre a pandemia	
10:00min	3ª parte do programa (se possível, abrir para interação)	<i>compartilhar ações/práticas em efetividade ou possibilidades de efetivação</i> O Decreto Municipal e as medidas no enfrentamento a pandemia nas diversas secretarias, tendo como prioridade a vida humana. (aqui, dar tratamento ao plano emergencial da educação, que fundamenta inclusive o programa na rádio)	Roda de conversa: representantes da secretaria de administração, ação social, educação e saúde;
00:03min	Encerramento	<i>divulgação da temática do programa seguinte e trecho de música, poesia, etc</i> Saúde emocional no contexto do distanciamento social.	Resp. pela técnica da rádio.

2ª semana - ____/____/2020.

PROGRAMA 02 – SAÚDE EMOCIONAL NO CONTEXTO DO DISTANCIAMENTO SOCIAL (PARTE I).

TEMPO	PARTE DO	ABORDAGEM	PARTICIPAÇÃO
-------	----------	-----------	--------------

	PROGRAMA		
00:02min	Abertura	<i>(Acolhimento aos ouvintes/saudações iniciais)</i> Trecho de música de abertura e saudações iniciais com a introdução da temática e apresentação da(s) participações.	Resp. pela técnica da rádio.
05:00min	1ª parte do programa	<i>(dialogar sobre a problemática – contextualização do tema).</i> O que é distanciamento social e isolamento social; algumas consequências desse processo: insegurança, medo, ansiedade, estresse, etc.	Roda de conversa: Psicólogo (Sec. saúde ou outro convidado) e Técnico Pedagógico da Secretaria de educação.
10:00min	2ª parte do programa	<i>o saber sistematizado sobre o tema – aprofundamento.</i> Competências sócio-emocionais: autoconhecimento e autorregulação	
10:00min	3ª parte do programa (se possível, abrir para interação)	<i>compartilhar ações/práticas em efetividade ou possibilidades de efetivação</i> Como reconhecer e regular as próprias emoções, controlar impulsos, administrar estresse vislumbrando a convivência mais saudável desse período de distanciamento social. (dar pistas de possíveis rotinas para crianças, jovens, adultos e idosos...)	
00:03min	Encerramento	<i>divulgação da temática do programa seguinte e trecho de música, poesia, etc</i> Saúde emocional no contexto do distanciamento social - II	Resp. pela técnica da rádio.

3ª semana - ___/___/2020.

PROGRAMA 02 – SAÚDE EMOCIONAL NO CONTEXTO DO DISTANCIAMENTO SOCIAL (PARTE II).

TEMPO	PARTE DO PROGRAMA	ABORDAGEM	PARTICIPAÇÃO
00:02min	Abertura	<i>(Acolhimento aos ouvintes/saudações iniciais)</i> Trecho de música de abertura e saudações iniciais com a introdução da temática e apresentação da(s) participações.	Resp. pela técnica da rádio.
05:00min	1ª parte do programa	<i>(dialogar sobre a problemática – contextualização do tema).</i> Ainda no contexto do distanciamento social: incompreensão, individualismo, brigas, etc.	Roda de conversa: Psicólogo (Sec. saúde ou outro convidado) e Técnico Pedagógico da Secretaria de
10:00min	2ª parte do programa	<i>o saber sistematizado sobre o tema – aprofundamento.</i> Competências socioemocionais: conhecimento social, habilidade de relacionamento e decisões responsáveis.	
10:00min	3ª parte do programa	<i>compartilhar ações/práticas em efetividade ou possibilidades de efetivação</i>	

	(se possível, abrir para interação)	como trabalhar a cooperação e empatia com os outros; como estabelecer e manter relacionamentos saudáveis; como fazer escolhas construtivas a partir do comportamento pessoal e suas interações sociais.	educação.
00:03min	Encerramento	<i>divulgação da temática do programa seguinte e trecho de música, poesia, etc</i> A definir...	Resp. técnica da rádio. pela da

ANEXO 02

ESTUDO ORIENTADO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: “DO REFERENCIAL PARA O CURRÍCULO LOCAL”.

Objetivo: Possibilitar espaço de estudo e apropriação do DCRB de forma a instrumentalizar as tomadas de decisões para o referencial curricular municipal com atenção ao direito à educação e a aprendizagem à serviço da vida.

Consideramos que neste contexto atual do mundo, do nosso país, estado e do município em virtude do CONVID-19⁹, é primordial o DISTANCIAMENTO SOCIAL, porém, não devemos parar com as atividades que são possíveis de serem realizadas ainda que estejamos distantes uns dos outros. Ainda assim, utilizando-se de outros instrumentos que nos conectam, podemos continuar a ser rede, rede de sujeitos, de conhecimento, de aprendizagem, de compartilhamento, de solidariedade, etc.

Esse momento novo e desafiador para nós, profissionais da educação - sujeitos, nos remete a buscar possibilidades, a nos reinventar. Vale lembrar Freire (1981)¹⁰, “estudar é uma forma de reinventar, de recriar, de reescrever – tarefa de sujeito e não de objeto”.

Em sintonia com Freire e compreendendo-os enquanto sujeitos da política educacional local que estão em permanente movimento de busca, propomos para esse momento singular a tarefa de estudar. Será o estudo o fio condutor desse movimento em rede que nos manterá, neste período, interligados, conectados e em sintonia buscando nos instrumentalizar para continuar contribuindo e de forma ainda mais qualificada na gestão da educação local.

Muitas são as demandas para a política de educação local, na garantia do direito à educação, do direito à aprendizagem, amparadas no Plano Municipal de Educação-PME e alinhadas com as políticas nacionais. Dentre elas, buscando uma coerência com as ações já iniciadas, em regime de colaboração desde 2018, continuadas em 2019 pelo município e projetadas para 2020, destacamos a apropriação do Documento Curricular Referencial da Bahia-DCRB, a (re)elaboração do Projeto Político Pedagógico - PPP das Unidades Escolares e os documentos normativos a eles relacionados.

⁹ CONVID-19 - O coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada por um novo vírus que nunca havia sido identificado em humanos.

¹⁰ FREIRE, Paulo. Considerações sobre o ato de estudar. In: Ação cultural para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 8-10.

Para entrelaçar os fios nesse movimento em rede propomos algumas orientações para o estudo que também implicará em registros. O registro - escrita, será imprescindível, à medida que produz reflexão e significado. Nesse movimento, como diz Mário Osório Marques¹¹ “escrever é preciso”... “escrever e coçar é só começar”.

Vamos lá. É hora de começar!

ALGUMAS ORIENTAÇÕES

CICLO I DOS ESTUDOS – TEXTOS INTRODUTÓRIOS

Orientação 01: Primeira Leitura dos textos introdutórios do DCRB;

- destacar termos novos, buscar palavras chaves do texto, destacar partes que considera mais relevantes do texto, ideia central, etc.

Orientação 02: (Re)leitura dos textos introdutórios por seção, observando:

Seção 1	TERRITORIALIDADE NA SINGULAR E PLURAL BAHIA: ELEMENTOS IDENTITÁRIOS PARA A POLÍTICA CURRICULAR DO ESTADO
Após (re)leitura da seção elencar:	
<ul style="list-style-type: none">✓ a compreensão que o texto traz sobre “Territorialidade”;✓ a sua compreensão sobre “territorialidade” (está em sintonia com o texto, diverge, complementa o texto...);✓ quais elementos identitários para a política curricular do Estado o texto apresenta;✓ pensando o contexto local, territorial/regional quais elementos identitários acrescentaria;	
Fazer leitura do capítulo III, artigos 23, 24 e 25 da Resolução nº 137/2019 de 17 de dezembro de 2019 do Conselho Estadual de Educação-CEE (que fixa normas complementares para implementação da BNCC, nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes do sistema de ensino, na Educação Básica do Estado da Bahia e dá outras providências) e fazer correspondência com a seção do DCRB que trata da territorialidade, a saber:	
<ul style="list-style-type: none">✓ O art. 24 da resolução e seu parágrafo único dialoga com a compreensão de territorialidade do DCRB?✓ Os dispositivos do art. 25 da Resolução tem relação com os elementos identitários do DCRB? Caso afirmativo, apontar evidências correlacionando com fragmentos do texto. Caso negativo, apontar as divergências.✓ Pensando o contexto local/regional, os dispositivos do art. 25 deixam quais alertas no contexto do desenvolvimento integral do sujeito?	

Seção 2	MARCOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS
---------	---

¹¹ MARQUES, Mário Osório. Escrever é preciso: O princípio da pesquisa. 5ª ed. rev. - Ijuí, Ed. Unijuí, 2006

Após (re)leitura da seção discorrer sobre:

- ✓ A compreensão que o texto traz sobre “CURRÍCULO... ATOS DE CURRÍCULO... COMPETÊNCIAS... APRENDIZAGEM... FORMAÇÃO....
- ✓ A sua compreensão, fruto das leituras, formação e experiência profissional dialoga com as compreensões apresentadas no texto? Quais contribuições acrescentaria?
- ✓ Quais as pistas metodológicas o texto apresenta na perspectiva da aprendizagem?
- ✓ Por que entender o DCRB enquanto política de Currículo e não currículo?
- ✓ Nas entrelinhas do texto, qual a compreensão de homem, de educação, de sociedade?

Fazer leitura do capítulo I, artigos 2º, 3º e 8º da Resolução nº 137/2019 de 17 de dezembro de 2019 do Conselho Estadual de Educação - CEE (que fixa normas complementares para implementação da BNCC, nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes do sistema de ensino, na Educação Básica do Estado da Bahia e dá outras providências) e fazer correspondência com a seção do DCRB que trata dos Marcos Teóricos, Conceituais e Metodológicos, a saber:

- ✓ Os artigos 2º, 3º e 8º da resolução dialogam com os Marcos Teóricos e Conceituais do DCRB? Apresentar as evidências.

Seção 3	MARCOS LEGAIS QUE EMBASAM O CURRÍCULO REFERENCIAL PARA O ESTADO DA BAHIA
---------	---

Após (re)leitura da seção e voltando o olhar para os marcos legais municipais que tratam da Política de Currículo e do Projeto Político Pedagógico, proceda:

- ✓ Leitura das Diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação-PME, destacando todos os dispositivos que tocam na questão curricular, do PPP e de formação.
- ✓ Pesquise junto ao Conselho Municipal de Educação – CME se existe alguma normatização relacionada a essas questões. Caso tenha, sinalizar.

Fazer leitura do artigo 5º da Resolução nº 137/2019 de 17 de dezembro de 2019 do Conselho Estadual de Educação - CEE (que fixa normas complementares para implementação da BNCC, nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes do sistema de ensino, na Educação Básica do Estado da Bahia e dá outras providências) para proceder com a seguinte análise:

- ✓ As Diretrizes curriculares apresentadas no artigo 5º foram contempladas na seção do DCRB que trata dos Marcos Legais? Apresentar as evidências.

Seção 4	MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
---------	---------------------------------------

Após (re)leitura da seção que trata das modalidades (Educação Indígena, Especial, de Jovens e Adultos, do Campo e Quilombola) analise:

- ✓ Ao tratar de cada modalidade o texto dialoga com aspectos que tocam nas seções anteriores, a saber: na territorialidade e seus elementos identitários, na compreensão de política de currículo e de aprendizagem, e nos marcos legais?
- ✓ Quais as luzes que o texto das modalidade apontam que podem contribuir para (re)pensar a política da modalidade ofertada localmente?
- ✓ Quais proposições/considerações tenho para o texto de cada modalidade?

Fazer leitura do artigo 9º da Resolução nº 137/2019 de 17 de dezembro de 2019 do Conselho Estadual de Educação - CEE (que fixa normas complementares para implementação da BNCC, nas redes de ensino e nas instituições escolares integrantes do sistema de ensino, na Educação Básica do Estado da Bahia e dá outras providências) para proceder com a seguinte análise:

- ✓ Quais os pontos de convergência e/ou divergência entre os dispositivos do artigo 9º na resolução e o texto da seção do DCRB que trata das Modalidades da Educação Básica?

Seção 5 **TEMAS INTEGRADORES NO CURRÍCULO**

Após (re)leitura da seção que trata dos Temas Integradores do Currículo (Educação em Direitos Humanos, Educação para a Diversidade, Educação para o Trânsito, Saúde na Escola, Educação ambiental, Educação Financeira e para o Consumo, Cultura Digital e Educação Fiscal), proceda com o seguinte exercício:

- ✓ Leitura dos temas contemporâneos constantes na BNCC;
- ✓ **Leitura dos artigos 24 e 25, capítulo III, da Resolução nº 137/2019 de 17 de dezembro de 2019 do Conselho Estadual de Educação - CEE;**
- ✓ Análise, no quadro¹² que segue, das convergências e/ou complementações entre as três primeiras colunas;
- ✓ Preenchimento da quarta coluna à luz do seu contexto local e regional/territorial, pensando quais elementos/aspectos ainda precisam ser contemplados em vista do desenvolvimento integral dos sujeitos de direitos da educação municipal, ainda não contemplados pela BNCC, DCRB e Resolução do CEE;

Temas Contemporâneos BNCC	Temas Integradores DCRB	Parte Diversificada Resolução CEE nº 137/2019	Temáticas do contexto Local e Regional/Territorial
Direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/199016), Educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199717), Educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/201218), Educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/200919), Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/200320), Educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução	5.1 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS 5.2 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE 5.2.1 Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade 5.2.2. Educação para as Relações Étnico-Raciais 5.3 EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO 5.4 SAÚDE NA ESCOLA 5.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL 5.6 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PARA O	I - Abordagem Territorial como uma política de Estado , seus principais instrumentos (Lei nº. 13.214, de 29 de dezembro de 2014) e seus Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS), com ênfase na participação social e governança territorial como práticas cidadãs para o desenvolvimento sustentável, inclusivo e colaborativo; II - Gestão territorial, interfaces com a agenda da sociobiodiversidade e da agroecologia: arranjos de desenvolvimento local e das cadeias produtivas, inclusão produtiva de povos/comunidades tradicionais e estímulo ao fortalecimento das estratégias do desenvolvimento rural; III - Corredores Ecológicos nos Territórios de Identidade à luz da ecologia da paisagem: planejamento de turismo local, sua institucionalização, sociobiodiversidade e práticas de observação de paisagens, de grutas, de árvores, cursos e espelhos d'água	

¹² Quadro elaborado pela CR Consultoria na ocasião da formação para discussão da Parte Diversificada do Currículo no Município de Tanque Novo-Ba, em fevereiro de 2020.

<p>CNE/CP nº 1/201221), Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/200422), bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/201023).</p>	<p>CONSUMO 5.7 CULTURA DIGITAL 5.8 EDUCAÇÃO FISCAL</p>	<p>onde existirem, de aves e outros animais silvestres de pequeno porte; IV- Cidades e aglomerados populacionais: o paradigma do planejamento ambiental e da ecologia da paisagem, sociobiodiversidade e integrações entre sistemas ecológicos, relações cidade e campo e o contexto das articulações metrópole-região, lógicas de povoamento ante a expansão do desenvolvimento socioeconômico e os modais de transportes na logística do desenvolvimento regional; V- Bacias hidrográficas da Bahia: biomas, importância biossocioambiental, vetores estruturantes da dimensão socioeconômica, contribuição sócio-histórica e econômica e culturas ribeirinhas, gestão das águas - comitês de bacias e sua lógica de funcionamento; VI- Regiões biogeográficas na Bahia: paisagens, ecossistemas, proteção, corredores ecológicos, uso sustentável/comunidades sustentáveis, serviços ecossistêmicos, estudos de priorizações, índices de risco ecológico e cumprimentos de metas de conservação; VII- Territórios e Etnias: Espaços Quilombolas - marcas da ancestralidade e do senso de pertencimento: diacríticos para a (re)construção identitária. O lugar da educação para as relações etnicorraciais, da Lei nº. 10.639 de 9 de janeiro de 2003; VIII- Territórios e Etnias: Espaços Indígenas - direitos territoriais, lutas e resistência; etnografia e heranças histórico-culturais; etnodesenvolvimento como perfil de projetos de futuro formulados pelos povos indígenas. O lugar da educação para as relações etnicorraciais, da Lei nº. 11.645 de 10 de março de 2008; IX-Territórios, Memórias e Pertencimentos: os movimentos sociais populares</p>	
---	---	--	--

	<p>- a ruptura com o poder colonial e a utopia de um governo com igualdade racial (Revolta dos Búzios); o 2 de Julho no contexto da consolidação da independência política do Brasil; a saga heroica no sertão de Canudos e a representação do diálogo entre histórias, memórias e identidades da história nacional, regional e local nas diferentes temporalidades.</p> <p>X- Educação em Práticas Corporais: as diferentes manifestações da cultura lúdica dos territórios de identidade do Estado da Bahia e suas expressões, principalmente aquelas de origem de matriz afro-brasileira e indígena.</p> <p>XI- Territórios da Bahia, variações lingüísticas e interculturalidades: combinação de traços culturais e a singularização de sujeitos regões, linguagem como atividade social, processos lingüísticos dos falares baianos, cultura de linguagem e estratégias para o tratamento da variação lingüística nas escolas.</p>	
--	---	--

Seção 6	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL
<p>Após (re)leitura da seção que trata da Avaliação Educacional, discorra:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ De que ou quais AVALIAÇÃO o texto retrata? Como conceitua? ✓ A abordagem do texto conecta a avaliação da aprendizagem de competências com o ensino por competências? Quais contribuições você pode apresentar nessa perspectiva? ✓ O texto aponta luzes para a avaliação da aprendizagem no contexto da política de currículo apresentada pelo DCRB? Quais? ✓ A luz das leituras, formação e experiência profissional quais proposições/considerações tenho para o texto de Avaliação Educacional? 	

Orientação 03: Reunião via Hangout para socialização e discussão dos estudos e sistematizações.

Orientação 04: Encaminhar todas as sistematizações para o email da secretaria municipal de educação, aos cuidados da comissão de governança à frente da discussão curricular, para proceder a elaboração dos textos introdutórios/diretrizes/documento complementar ao DCRB contendo as modificações alterações ou elaboração dos textos introdutórios/diretrizes/documento do próprio município.

OBS: Caso a comissão de Governança não tenha representação do CME, importante criar espaço de diálogo com o referido conselho durante todo esse processo.

ALGUMAS ORIENTAÇÕES
CICLO II DOS ESTUDOS – ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

(EM SISTEMATIZAÇÃO E SERÁ DISPONIBILIZADO APÓS EFETIVIDADE DO CICLO I).

ANEXO 03

ORIENTAÇÃO CONJUNTA (SEDUC E CME) ÀS UNIDADES ESCOLARES PARA PROPOSIÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS ESTUDANTES: “AUTONOMIA E APRENDIZAGEM”

Objetivo: Primar pela agenda de aprendizagem dos estudantes da rede municipal, com a proposição de atividades diversas à luz dos eixos estruturantes (competências socioemocionais e temas integradores), respeitando a autonomia dos estudantes para resolução das atividades e da família para o apoio.

Sem dúvida, uma medida acertada e prudente da administração municipal juntamente com a gestão da secretaria de educação e demais secretarias municipais, via Decretos Municipais nº 28 e 31/2020, foi a suspensão das aulas em todas as escolas do nosso município, em sintonia também com as orientações da Organização Mundial de Saúde, para evitar a disseminação e/ou contaminação dos estudantes e profissionais da educação pelo coronavírus, e conseqüentemente, proteger toda a comunidade local.

Frente a esse novo contexto de suspensão de aulas, logo no período inicial do ano letivo, a secretaria de educação, buscando primar pelo compromisso com a aprendizagem dos estudantes, investiu esforços, inicialmente, com a equipe interna da secretaria envolvendo os coordenadores pedagógicos e gestores escolares, para juntos buscarem estratégias de continuar zelando pela aprendizagem dos estudantes, numa dinâmica extra muros das escolas, possibilitando que a aprendizagem pudesse ser continuada no espaço familiar, espaço este, onde os estudantes estão/ocupam/habitam integralmente em atendimento ao decreto municipal que trata do distanciamento social.

Essa busca não aconteceu desconectada dos marcos legais do município e de outras esferas. A nível local os Decretos nº 28 e 31/2020 (medidas em virtude da pandemia), a Lei nº 347/2015 que aprova o Plano Municipal de Educação, a Lei nº 010/2009 que institui o Sistema Municipal de Ensino e a Lei nº 08/2009 que reestrutura o Conselho Municipal de Educação-CME foram

os grandes referenciais; a nível estadual nos apropriamos das normativas do Conselho Estadual de Educação-CEE; e, a nível federal nos apropriamos das discussões, pareceres e normativas do Conselho Nacional de Educação-CNE, que antecederam a Medida Provisória - MP nº 934/2020 e os desdobramentos pós MP.

Em meio a esse contexto de apropriação, estreitamos o diálogo com o CME, na pessoa da presidente, para que pudéssemos estudar e juntos dar os possíveis encaminhamentos primando pelo direito à educação, à aprendizagem dos estudantes. Assim, prosseguimos na apropriação: participando de discussões em plataformas digitais promovidas pela Undime/BA¹³ (União dos Dirigentes Municipais de Educação) e outras instituições, sobre temáticas correlatas; a presidente do CME estreitou o diálogo com a presidente da UNCME/BA (União dos Conselhos Municipais de Educação) sobre os procedimentos normativos frente à flexibilização do calendário escolar; nos apropriamos da Nota Técnica da APLB-Sindicato disponibilizada no site oficial; além de dialogar com outros municípios com ações voltadas para os estudantes em implementação, ainda que inicial.

A orientação era – PRUDÊNCIA , é preciso chegar aos sujeitos de direitos, mesmo em tempo de distanciamento social, é preciso que a pauta da aprendizagem continue sendo prioridade, mesmo sem contar com a Escola “espaço”, mas contando com a Escola “gente”, o que demanda planejamento de ações e mecanismos de controle sobre a efetividade do mesmo, atentando a alguns princípios, em especial, o princípio da equidade. Mas, tudo isso, com PRUDÊNCIA.

Amparados por um diagnóstico sobre os mecanismos de comunicação para chegar aos sujeitos de direitos dessa frente de trabalho – estudantes, e nos marcos legais vigentes, vislumbramos à possibilidade de minimizar a necessidade de reposição de dias letivos a fim de viabilizar minimamente a execução do calendário escolar deste ano de 2020 e ao mesmo tempo permitir que seja mantido um fluxo de atividades escolares aos estudantes enquanto durar a situação de emergência.

Frente a legislação e orientações vigentes consideramos:

- ✓ o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- ✓ o artigo 227 da Constituição Federal que reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;
- ✓ o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

¹³ Disponíveis no site www.undimeba.com.br

- ✓ a declaração da Organização Mundial de Saúde em março de 2020 sobre a pandemia como a infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);
- ✓ os Decretos Municipais nº 28 e 31/2020, que declara a Situação de Emergência no Município de Varzedo e intensifica as medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19 (Coronavírus), tendo como uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;
- ✓ a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19;
- ✓ que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;
- ✓ que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;
- ✓ que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;
- ✓ que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais;
- ✓ o disposto no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, indicando que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância na educação básica;
- ✓ a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;
- ✓ que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

- ✓ a Medida Provisória Nº 934/2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Nesse sentido, com base nas considerações e no consenso das orientações entre secretaria de educação e CME, buscando garantir atendimento escolar essencial, propõe-se, excepcionalmente, a adoção de atividades pedagógicas não presenciais a serem desenvolvidas com os estudantes no período em que vigor a atual situação de emergência sanitária no município, podendo essas atividades serem mediadas ou não por tecnologia de informação e comunicação.

Assim sendo, as atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, blogs, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos estudantes e seus familiares e/ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos.

Neste processo a comunicação é essencial, assim como a elaboração de orientação das rotinas de atividades educacionais não presenciais para orientar famílias e estudantes, sob a supervisão de professores e dirigentes escolares. Neste período de afastamento presencial, recomenda-se que as escolas orientem estudantes e famílias a fazer um planejamento de estudos, com o acompanhamento do cumprimento das atividades pedagógicas não presenciais. O planejamento de estudos é também importante como instrumento de constituição da memória de estudos, como um portfólio de atividades realizadas que podem contribuir na reconstituição de um fluxo sequenciado de trabalhos realizados pelos estudantes.

No contexto da Educação Infantil, sugere-se que as unidades escolares possam elaborar orientações/sugestões as famílias e/ou responsáveis dos estudantes sobre atividades que possam ser realizadas durante o período de distanciamento social, subsidiados pelos eixos estruturantes do Plano Emergencial e os documentos BNCC/DCRB e PPP, e, considerando que crianças aprendem pelas suas experiências e vivências, que não há fragmentação do conteúdo; e que a criança é protagonista da sua aprendizagem.

Caso se opte por entrega de material de suporte pedagógico organizado pelas escolas as famílias e/ou responsáveis dos estudantes, é recomendado que essas atividades primem pelas interações, relações e vivências. Que apontem para possibilidades de aproximação da Escola com as famílias, do estreitamento de vínculos, sentimentos / reações e vivências significativas.

Considerando também que as crianças não estão tendo acesso à alimentação escolar na própria escola, sugere-se que na orientação as famílias e/ou responsáveis dos estudantes

sejam incluídas informações quanto aos cuidados com a higiene e alimentação das crianças, uma vez que elas não têm acesso à merenda escolar. Assim, para crianças das creches (0 a 3 anos), as orientações para os pais devem indicar atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, brincadeiras, jogos, músicas de criança. Já para as crianças da pré-escola (4 e 5 anos), as orientações devem indicar, da mesma forma, atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, desenho, brincadeiras, jogos, músicas de criança, filmes e programas infantis pela TV e até algumas atividades em meios digitais quando possível.

É oportuno atentar quando da entrega de material, independente da etapa ou modalidade, sobre os cuidados necessários para evitar grandes aglomerações quando a entrega for feita na própria escola, em domicílios ou outros pontos de referência na comunidade.

Na etapa do ensino fundamental – anos iniciais, onde encontra-se o ciclo da alfabetização, também pode haver possibilidades de atividades pedagógicas não presenciais com as crianças, à luz dos eixos estruturantes do Plano Emergencial, e dos documentos DCRB/BNCC e PPP a saber: lista de atividades e exercícios, sequências didáticas, trilhas de aprendizagem relacionadas às habilidades e aos objetos de aprendizagem; orientações as famílias e/ou responsáveis pelos estudantes para apoiar as atividades, para organização das rotinas diárias; sugestões para que os pais realizem leituras para seus filhos; utilização de horários de TV aberta para levar programas educativos compatíveis com as crianças desta idade e orientar os pais para o que elas possam assistir; elaboração de materiais impressos compatíveis com a idade da criança para realização de atividades (leitura, desenhos, pintura, recorte, dobradura, colagem, entre outros); estudos dirigidos com supervisão dos pais; atividades de acordo com os materiais didáticos utilizados pela escola, etc, sempre respeitando a autonomia de resolução dos estudantes.

Nos anos finais do ensino fundamental, os estudantes têm maior autonomia, o que favorece a supervisão de adulto para realização de atividades que pode ser feita por meio de orientações e acompanhamentos com o apoio de planejamentos, metas, horários de estudo presencial ou online. Nessa etapa as possibilidades de atividades pedagógica não presenciais ganham maior espaço.

Neste sentido, sugere-se: elaboração de sequências didáticas construídas em consonância com os eixos estruturantes do plano emergencial, e os documentos DCRB/BNCC e PPP da unidade escolar; verificar a possibilidade de se utilizar horários de TV aberta para levar programas educativos compatíveis para adolescentes e jovens; distribuição de vídeos educativos (de curta duração) por meio de plataformas on-line mas sem a necessidade de conexão simultânea seguidos de atividades a serem realizadas com a supervisão da família; realização de atividades on-line de acordo com a disponibilidade tecnológica; estudos dirigidos, pesquisas, projetos, entrevistas, experiências, simulações e outros; utilização de mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.) para estimular e orientar os estudos desde que observadas as idades mínimas para o uso de cada uma dessas redes sociais, etc.

Apresentada as diversas possibilidades de atividades a serem propostas pelas unidades escolares a seus estudantes, a partir das suas possibilidades e singularidades compreendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e a EJA, Educação do Campo e Educação Especial, enquanto modalidades. É salutar, destacar, os princípios da universalidade e equidade. É preciso que as proposições de atividades – na perspectiva do direito à educação, cheguem a todos os estudantes, o que demanda às unidades escolares, elaboração de plano de ação emergencial contendo instrumentos de monitoramento e avaliação que evidenciem tudo que for efetivado.

Nesse sentido, para melhor estruturação e operacionalização das proposições de cada unidade escolar, recomenda-se que cada unidade escolar, em mãos dessas orientações conjunta, e subsidiadas pelos textos do plano emergencial, que abarcam - a caracterização do município e da educação, os mecanismos possíveis de comunicação de cada unidade escolar, os fundamentos legais sobre o direito à educação, o objetivo do plano e seus eixos estruturantes, possam elaborar um plano de ação emergencial para este fim, sem perder de vista o objetivo central dessa ação - primar pela agenda de aprendizagem dos estudantes da rede municipal, com a proposição de atividades diversas à luz dos eixos estruturantes (competências socioemocionais e temas integradores), respeitando a autonomia dos estudantes para resolução das atividades e da família para o apoio.

Quanto a estrutura do plano de ação, fica o departamento pedagógico responsável por definir os elementos que devem compor o plano, assim como, assessorar, acompanhar e validar ou não as proposições antes de serem operacionalizadas. Recomendamos ao departamento pedagógico que a orientação do plano de ação contemple, no mínimo, nas questões que concernem as atividades para os estudantes a descrição dos seguintes elementos: objetivos, atividades (com orientações), estimativa de carga horária e instrumentos de acompanhamento da aprendizagem. Soma-se a responsabilidade do departamento pedagógico o apoio às unidades escolares, quando necessário, na impressão de material ou outro suporte didático para os estudantes, e, alimentar o BLOG¹⁴ com a postagem de todas as atividades propostas e proceder com orientação para sistematização de relatório por escola.

Após operacionalização dessa frente de trabalho – “proposições de atividades das unidades escolares aos estudantes”, para apreciar relatórios que devem ter em seus anexos os instrumentos que evidenciem todas as atividades desenvolvidas por cada escola, sugerimos a criação de uma comissão com representação da secretaria de educação (01 diretor de departamento pedagógico 04 coordenações (educação infantil, fundamental anos iniciais, anos finais, EJA e Educação Especial), das unidades escolares 03 gestores e 03 coordenadores

¹⁴ O Blog, denominado “Educação em Ação”, emergiu desse contexto emergencial, como um instrumento de plataforma digital, criado para facilitar a comunicação das escolas e da secretaria de educação com as famílias, garantindo que todas as atividades disponibilizadas em material físico aos estudantes fiquem acessíveis para apreciação de toda a sociedade, além de representar uma inovação que pode se tornar realidade no cotidiano de nossas escolas. O Blog possibilitará ainda memoriar as atividades propostas.

pedagógicos (escolas de educação infantil, escolas de fundamental anos iniciais e de anos finais) e do Conselho Municipal de Educação 02 representantes, preferencialmente, além do presidente, a representação dos pais, e da APLB Sindicato, 01 representante. Essa comissão, composta por 14 membros terá a grande atribuição de sistematizar, a partir dos relatórios de cada unidade escolar, um relatório da rede, a ser apresentado ao Conselho Municipal de Educação para apreciação e parecer, com o objetivo de computar carga horária para somar à carga horária presencial em exigência ao cumprimento das 800 horas anuais conforme MP nº 934 de 1º de abril de 2020.

Essa orientação conjunta, se encerra, abrindo possibilidade para a rede privada e estadual do município de Varzedo, caso necessitem e desejem e em diálogo com a secretaria de educação, utilizar dos mecanismos de comunicação e logística das escolas municipais, sobretudo, as situadas na zona rural para chegarem aos seus respectivos estudantes que residem nas diversas localidades.